

ELISÂNGELA DE AGUIAR ALCALDE

**O PAPEL DOS AGENTES NA COMUNIDADE DE ARTESÃOS
EM TRÊS LAGOAS-MS COMO INSTRUMENTOS
IMPULSIONADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2007**

ELISÂNGELA DE AGUIAR ALCALDE

**O PAPEL DOS AGENTES NA COMUNIDADE DE ARTESÃOS
EM TRÊS LAGOAS-MS COMO INSTRUMENTOS
IMPULSIONADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: O papel dos agentes na comunidade de artesãos EM Três Lagoas/MS como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local.

Área de Concentração: “Territorialidade e Dinâmicas Sócio-Ambientais”.

Linha de Pesquisa: Cultura e identidades locais

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico – da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 14/12/2006

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dr^a Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco-MS

Prof. Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco-MS

Prof. Dr^a Regina Stela Andreoli de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco-MS

Prof. Dr. Alexandre Luzzi Las Casas
PUC-SP

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus pelo fôlego da vida, por saber que está comigo a todo instante. E ainda que possa passar por momentos difíceis, sei em quem tenho crido.

Àquele em quem deposito todo o meu amor; àquele que faz um simples momento tornar-se inesquecível. A você Danilo, o meu amor eterno.

Às minhas amigas Anna Thaís Gomes, Maria Luzia Lomba de Souza e Patrícia de Oliveira pelo incentivo e companheirismo.

Aos meus familiares, por acreditarem no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria Augusta de Castilho, pelo exemplo de profissionalismo, dedicação, paciência e segurança na orientação em todo o decorrer desse trabalho.

Aos professores, que deram o melhor de si para que pudéssemos alcançar a plenitude de nossos sonhos.

Aos membros da Banca Examinadora Dr^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Dr^a Regina Stela Andreoli de Almeida e Dr. Alexandre Luzzi Las Casas pela contribuição dada a este trabalho.

À Maria Luzia Lomba de Souza pela contribuição na disponibilização de materiais de seu arquivo quando consultora do Projeto Empreender.

E a todos os membros da comunidade de artesãos de Três Lagoas/MS que me atenderam e responderam o questionário.

“Mais ainda do que boas leis, o fundamental de uma boa república é a virtude dos cidadãos”.

(Norberto Bobbio/1909-2004)

RESUMO

O desenvolvimento local tem sido motivo de intenso estudo entre os profissionais das áreas de Economia, Administração, Sociologia, Política, Antropologia e Geografia. A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento contribuindo para: melhoria da qualidade de vida das comunidades dos municípios, surgimento de comunidades sustentáveis, capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, despertar ou descobrir suas vocações, expandir suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos. Assim, objetivou-se analisar os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar o assunto mediante a sua relevância, pois a essência do trabalho vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agentes, Artesãos, Comunidade, Desenvolvimento Local, Políticas Públicas, e Territorialidade.

ABSTRACT

Local development has motivated intense studies among the professionals of areas such as Economics, Administration, Sociology, Politics, Anthropology and Geography. The making of concepts of local development and public politics is a wide process in permanent debate as a new way to promote development contributing for the improvement of quality of life in the communities of the municipalities, the arising of sustainable communities, the capacity to supply their most urgent necessities, stimulating and finding out their vocations, expanding their potentialities and improving the external interchange, making use of its advantages. For doing so, it was necessary to know the profile of the studied community, once without knowing the community in question, as well as its reality, it would be hard to visualize the ways to be followed. Being so, the aim was to analyse the agents in the craftsmen community as stimulating instruments of local development. Such a fact justifies the need to take a deeper look at this subject considering its relevance, because the essence of this work meets the conceptual proposals of local development.

Key-words: Agents, Craftsmen, Community, Local Development, Public Politics and Territoriality.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- 1ª Feira de Artesanato	54
Figura 2- Revelação nas Artes	55
Figura 3- Curso de Desenvolvimento Interpessoal	56
Figura 4- Apresentação das Novas Barracas	58
Figura 5- Espaço dos Artesãos	59
Figura 6- Visita técnica em Naviraí	60
Figura 7- Equipamentos de Trabalho dos Artesãos em Naviraí	61
Figura 8- 1ª Feira de Artesanato em Brasilândia	62
Figura 9- Inauguração da Nova Sede	64
Figura 10- Vista Aérea de Três Lagoas	67
Figura 11- Ponte São Francisco Sá	68
Figura 12- Relógio Central	69
Figura 13- Igreja Santo Antônio	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Perfil do artesão quanto ao sexo	74
Gráfico 2- Perfil do artesão quanto à sua escolaridade	75
Gráfico 3- Perfil do artesão quanto a sua renda mensal familiar	76
Gráfico 4- Principais dificuldades enfrentadas na atividade artesanal em Três Lagoas/ MS	77
Gráfico 5- Local de comercialização dos artesanatos confeccionados	78
Gráfico 6- Conhecimentos básicos dos artesões na atividade artesanal	80
Gráfico 7- Instituições ou órgãos governamentais que disponibilizaram os treinamentos/conhecimento	81
Gráfico 8- Como se deu a opção de confeccionar artesanatos	82
Gráfico 9- Como tomou conhecimento da comunidade de artesãos no Município de Três Lagoas/MS	83
Gráfico 10- Tempo de participação na comunidade de artesãos	84
Gráfico 11- Interação e cooperação entre os artesãos	85
Gráfico 12- Problemas mais freqüentes enfrentados pela comunidade de artesãos	87
Gráfico 13- Como se deu o processo de escolha da liderança no grupo	88
Gráfico 14- Existência da participação nas atividades executadas pela comunidade	89
Gráfico 15- Avaliação da participação dos agentes externos	90
Gráfico 16- Rentabilidade da atividade artesanal	92
Gráfico 17- Artesanatos confeccionados pelos membros da comunidade de artesãos	93
Gráfico 18- Classificação quanto ao grau de satisfação do mercado de artesanato no município de Três Lagoas/MS	94
Gráfico 19- Apresentação dos pontos fortes e pontos fracos da comunidade de artesãos	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ALGUNS ASPECTOS SOBRE COMUNIDADE, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
1.1 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE NO ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
1.1.1 Territorialidade	22
1.2 O LUGAR	24
1.3 O ESPAÇO	28
1.4 PERCEPÇÃO	30
1.5 QUESTÕES E CONCEITOS SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
1.5.1 Solidariedade	35
1.5.2 Capital Social	36
1.5.3 Comunidade	38
1.5.4 Cultura	39
1.5.5 Identidade	41
1.6 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	44
2 A ARTE, O ARTESANATO E SUAS MANIFESTAÇÕES EM TRÊS LAGOAS-MS: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS	48
2.1 HISTÓRIA DA ARTE	48
2.2 HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS DE TRÊS LAGOAS-MS	52
2.2.1 Iniciativa local das organizações do Projeto Empreender	52
2.2.2 Identificação e mapeamento dos artesãos locais	53
2.2.3 Incentivo da feira de artesanato na revelação dos artistas locais	53
2.2.4 Avaliação dos resultados da feira	55
2.2.5 Capacitação do grupo	56
2.2.6 Apoio conquistado dos empresários locais	57
2.2.7 Ação de coordenação do grupo	57
2.2.8 Inciativa do grupo: a montagem da loja em Três Lagoas/MS	58
2.2.9 Promoção Regional do grupo com apoio das organizações	59
2.2.10 Identidade e autonomia do grupo: criação da ATAR	62
2.2.11 Retomada da loja com o apoio da ATAR	63
2.3 A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS	64
2.3.1 Localização dos pontos de venda dos produtos	70
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

APÊNDICE	107
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 a.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra e a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozinhar alimentos. A partir daí, descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais.

Num período mais recente, os índios foram os nossos primeiros artesãos brasileiros. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram uma civilização que dominava a arte da pintura, utilizando os pigmentos naturais, a cestaria e a cerâmica. Assim, foram instaladas oficinas artesanais que se espalharam por todas as comunidades urbanas e rurais, onde os artesãos tiveram ensejo de desenvolver suas habilidades. (GERANEGÓCIO, 2000).

O regime de trabalho que reúne as diferentes técnicas manuais de produção só recentemente ganhou nome, embora a história assinala a presença de objetos feitos a mão em todas as épocas e nas mais variadas culturas.

Tendo em vista que o artesão é a pessoa que faz a mão os objetos de uso freqüente na comunidade, seu aparecimento foi resultado de uma pressão da necessidade sobre a inteligência aliada ao poder de inovar, possibilitando também ligar o passado ao presente mediante a linguagem; o que torna possível que as gerações mais novas pudessem receber das mais velhas suas técnicas e demais experiências acumuladas.

O estilo do artesão empresta originalidade a seus objetos, como que uma marca pessoal, enquanto o padrão é a marca do grupo. Cada artesão escolhe um estilo, mas não deixa de ser influenciado pelo ambiente (a natureza) em que vive e pelos modos de vida própria da área cultural a que pertence. A atividade artesanal está ligada aos recursos naturais do estilo de vida e ao grau de comércio com comunidades vizinhas. O artesanato pode ser uma manifestação da vida

comunitária, tendo seus trabalhos orientados no sentido de produzir objetos de uso mais comuns ao lugar.

A aprendizagem do trabalho artesanal é adquirida de maneira prática e formal, por meio de oficinas ou na vivência do indivíduo com o meio artesanal, em que o aprendiz maneja a matéria-prima e as ferramentas e, dessa forma, imita os mais entendidos no ofício de sua preferência.

É comum confundir artesanato com rusticidade, mas é importante observar que neste regime de trabalho fazem-se tantos os objetos rústicos como também os acabados, pois o artesanato se define pelo processo de produção de objetos e não pelas qualidades práticas que podem ser emprestadas a este no ato de fazer.

Além de sua importância histórica, o artesanato abrange outros valores, os quais hoje o tornam reconhecido universalmente. Os povos mais desenvolvidos do mundo criam instituições destinadas ao incremento do artesanato e o realizam mediante exposições periódicas e feiras anuais de objetos da arte popular. Também são promovidos os levantamentos de mapas artesanais, o amparo comercial e outras medidas inteligentes.

De maneira geral, a informação de base deste trabalho referiu-se à comunidade de Artesãos do Município de Três Lagoas, composta por trinta e três artesãos e que, inicialmente, teve como parceiros a ACITL – Associação Comercial de Três Lagoas, o SEBRAE e a Prefeitura Municipal – Secretaria de Turismo e Cultura.

Nesse cenário, implantou-se, no ano de 2002 no município de Três Lagoas-MS, um projeto acerca do artesanato, com o objetivo de promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo: projeto empreender.

Segundo a Acisap¹ (2007), o projeto empreender apresenta uma proposta inovadora, uma vez que estimula os empresários a se auto-organizarem e a determinarem as suas demandas. O objetivo do projeto é elevar a competitividade das Micro e Pequenas empresas e promover o desenvolvimento organizacional das Associações Empresariais parceiras.

¹ Acisap- Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Santo Antônio da Patrulha-RS

Várias iniciativas realizadas pelos representantes do projeto, estimularam a participação do município, associação e empresas locais na consolidação da comunidade de artesanato, a fim de promover o desenvolvimento local sustentável.

Essa ação conjunta de políticas públicas representadas pelos agentes de desenvolvimento, pressupõe a assimilação de novas formas de planejamento e gestão. Implica apoiar programas de capacitação para a formação de multiplicadores de iniciativas, lideranças e agentes locais que incorporem a perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável. Significa a figura dos agentes aproveitando-se das experiências já existentes, ou seja, agirem sobre suas vocações e potencialidades, partindo das vantagens locais, através de um processo participativo, democrático e solidário que envolve os governos em todos os níveis (federal, estadual e municipal), entidades de classe, organizações não governamentais e lideranças comunitárias.

Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar o assunto mediante a sua relevância para o desenvolvimento local, pois a essência do trabalho vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local.

Assim, objetivou-se de modo geral analisar os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local.

Como objetivos específicos, foram considerados os seguintes aspectos:

- Levantamento do histórico da comunidade estudada: características e etapas de consolidação;
- Compreensão dos conceitos pertinentes ao desenvolvimento local e políticas públicas;
- Identificação das potencialidades da comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS;
- Verificação junto aos membros da comunidade de artesãos a atuação dos agentes externos de desenvolvimento.

Para tanto, foi importante indicar os procedimentos metodológicos para o alcance desses objetivos.

Conforme assinalou Marconi e Lakatos (2005), a metodologia é parte fundamental de uma pesquisa. Seja qual for sua natureza, todo trabalho científico deve esclarecer o caminho para poder chegar a uma conclusão lógica do agir.

Lima (2004) acrescenta que no método explicitam-se a lógica da ação a ser seguida pelo pesquisador, os principais fenômenos a serem estudados, suas ramificações, inter-relações e a forma de se obtê-los.

Nesse sentido, fez-se necessário uma relação constante entre teoria e prática, sem sobreposição em valor, mas construída com uma constante união entre ambos.

Deste modo, duas fontes distintas foram usadas, uma de dados primários, que foram coletados através de questionário com os artesãos no seu espaço físico de trabalho, e a outra fonte, de dados secundários, oriundos de documentos, pesquisa bibliográficas em livros, periódicos, revistas, entre outros.

Pretendeu-se ainda, construir um caminho teórico-metodológico perpassando por opções qualitativas e quantitativas.

Tanto Severino (2002) como Marconi e Lakatos (2005) apresentaram duas possibilidades de realizar a análise de conteúdo. Uma foi o procedimento qualitativo, e a outra, o quantitativo. As diferenças entre esses procedimentos, argumentam os autores, é que na análise qualitativa a ênfase recai na presença ou ausência de certas características. Já o procedimento quantitativo respalda-se na frequência de palavras, símbolos e temas. Dispondo dessas possibilidades, na análise das dimensões desta pesquisa, procurou-se seguir uma linha de raciocínio na qual o quantitativo e o qualitativo são procedimentos complementares, e efetuaram-se uma combinação de ambos os procedimentos para garantir a fidedignidade e confiabilidade dos elementos pesquisados.

Diante dessa proposta, apontam-se algumas etapas que se conectaram no decorrer da pesquisa, de acordo com os desdobramentos teóricos e metodológicos, bem como no que diz respeito ao entendimento do tema estudado:

- Seleção do material a ser estudado;
- Observação da comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS;

- Levantamento e coleta dos dados a partir da aplicação de questionários junto à comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS;
- Levantamento fotográfico desenvolvido ao longo da pesquisa;
- Tabulação e análise dos dados coletados.

Este trabalho foi composto por três capítulos. No primeiro, analisou-se alguns conceitos referentes à comunidade, territorialidade, desenvolvimento local e políticas públicas.

No segundo capítulo, enfatizou-se a história da arte e artesanato, histórico e o perfil da comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS.

No terceiro capítulo, dimensionou-se a análise e interpretação dos dados coletados (ver apêndice A) na pesquisa de campo com o objetivo de colaborar com o resultado final do estudo. Finalmente as considerações finais, referências bibliográficas utilizadas para o embasamento teórico, apêndices e os anexos relevantes para a composição deste trabalho.

1 ALGUNS ASPECTOS SOBRE COMUNIDADE, TERRITORIALIDADE, DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE NO ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Diversos trabalhos sobre o desenvolvimento local têm demonstrado a importância da relação entre território e comunidade. Entende-se que, os territórios juntamente com as comunidades podem constituir identidades, isso acontece à medida que as pessoas estão estruturalmente localizadas a partir de suas relações primárias ou secundárias a que se relacionam.

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade.

Segundo Corrêa (1994, p. 251), o termo “Território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação”.

O conceito ligado a Território, tal como se entende hoje, só veio a ser usado há pouco mais de trezentos anos. Até então, as nações tinham seus territórios definidos até onde os respectivos governos tinham capacidade de exercer sua soberania.

De acordo com Raffestin (1993, p. 144), o território trata-se de:

Um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...] o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] O território se apóia no espaço, mas não é o espaço.

Para Martins (2002), o lugar só adquire real sentido se for levada em consideração a abrangência espacial dos problemas, os interesses vividos por aqueles que compõem o cenário, ou seja, a comunidade e os recursos existentes, podendo entender que é território um espaço delimitado onde os indivíduos interferem e criam um sentimento de pertença, o que envolve enraizamento e favorece a interação.

Contrastando a idéia de território com a de espaço, Santos (1999, p.51) enfatiza que “[...] a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

Heidrich (1998), ao se referir à constituição do território, afirma que a distinção do espaço em esfera histórica começa a partir da demarcação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território, por um lado determinado pela necessidade e pela posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outro lado por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há uma população fixada territorialmente e socialmente organizada para a produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Assim, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente à organização e à manutenção do poder. Conforme afirma Machado (2005, p. 7):

[...] analisar o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente. A noção de território pode ser utilizada sem problemas, em todas as escalas de análise.

Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se à idéia de natureza e a sociedades configuradas por um limite de extensão do poder.

Na análise de Tuan (1980), a questão do território leva a reflexão sobre a sua formação para o ser humano, à medida que ele constrói o território como um lugar repleto de emoções e racionalidade, sendo capaz de idealizar o seu território como um espaço que se refere a uma grande carga emocional, atribuindo-lhe um grande sentimento de pertença.

Raffestin (1993) reforça que, genericamente, a idéia de território refere-se à parcela geográfica apropriada por um grupo humano ou animal, ou por um indivíduo, visando garantir sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. Cada território é moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser analisado como parte de um conjunto.

O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2002).

Deste modo, as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Percebe-se, dessa forma, que a questão do território não está baseada apenas nas características geofísicas, mas, sobretudo, está baseada nas relações sociais, o que reproduz um espaço de manifestações e ações.

O território é caracterizado pelas formas, mas, quando este é usado para algum fim, ele se torna um objeto constituído de ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (SANTOS, 1994).

Raffestin (1993, p.161) lembra que:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis.

Haesbaert (1995) aponta que o território possui duas fases, sendo um espaço dominado ou apropriado de forma política e apropriado de maneira simbólica, em que as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência. Nesse sentido, essa dupla dimensão deve ser analisada de acordo com a intensidade com que se apresentam.

Assim sendo, o território manifesta relações de poder, realizado através de um domínio politicamente estruturado de um espaço, constituindo com isso a territorialidade que, segundo Sack (1986, p. 19), pode ser definida como “uma tentativa individual ou de um grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando o controle sobre uma área geográfica”.

Conforme o afirmado por Souza (1995, p. 78-96):

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido[...] Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade [...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias.

Essa afirmação salienta a importância das relações humanas em uma comunidade, pois são essas relações que irão compor os cenários do território. A interação entre os grupos nas comunidades é o caminho para a evolução do desenvolvimento local.

Neves (1998, p.271) entende territórios como:

[...] espaços de ação e de poderes, dentro de uma idéia de globalidade e vivência da fragmentação. O exercício do poder se daria sobre o ‘conteúdo do espaço’, transformando os territórios através das forças econômicas, mas em especial, através das raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados.

Nesse sentido, Tuan (1976) exemplifica o território comparando o comportamento dos animais com o dos seres humanos. Para ele (TUAN, 1976), as atitudes humanas, quanto ao território, são semelhantes aos dos animais irracionais.

Porém, a diferença é que os animais são menos carregados de emoções e pensamentos simbólicos. Assim sendo, o território para eles, uma área não circunscrita, trata-se de caminhos em redes e lugares suscetíveis. Em contra partida, os seres humanos são capazes de cultivar o território como um conceito, considerar mentalmente sua forma, mesmo aquelas que não são totalmente perceptíveis.

Souza (1995) acrescenta que, na Geografia política, o território aparece como espaço concreto em si, com suas características naturais ou sociais construídas, sendo sustentado e apropriado por um grupo social e, ainda, é visto como algo criador de raízes e de identidade própria.

Nesse sentido, Andrade (2002, p. 213) sublinha que, “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

Gehlen e Riella (2004, p. 20-26) apontam os aspectos mais relevantes sobre território afirmando que:

O conceito de território inclui a noção de patrimônio sociocultural, e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A mobilização do patrimônio local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo. Não se trata simplesmente de integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer relação de cooperação e negociação do conflito para que as normas e os códigos de conduta sejam subjetivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social.

Observa-se, desta forma, que a importância que o território assume para a Geografia hoje repousa em seu significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. A questão fundamental continua sendo a de saber como se organiza uma sociedade na relação com espaço.

1.1.1 Territorialidade

Corrêa (1994) ao refletir acerca do conceito de territorialidade aponta que este se refere ao que se encontra no território, ou ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, ou de integrar-se em um Estado.

Raffestin (1993, p.63), por sua vez, vê a territorialidade como o “comportamento espaço-territorial de um grupo social”.

A territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social e sua noção é estabelecida a partir do conceito ocidental de propriedade privada. Deste modo, concebe-se a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, o que implica em analisar a territorialidade em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto.

Entretanto, no aporte de Souza (1995, p.99):

A territorialidade no singular remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território [...] relações de poder especialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...] interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Santos (1978) afirma que a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e o seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas de uma localidade, uma região ou um país e, dessa maneira, expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. Percebe-se, assim, que a territorialidade supõe o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões cultural, política, econômica e social. Como atributo humano, ela é primariamente condicionada por normas sociais e por valores culturais, que variam de sociedade para sociedade.

Raffestin (1993) menciona que, paralelo ao conceito de território, a territorialidade advém dos naturalistas mais especificamente da zoologia. Os estudos primários a respeito da territorialidade humana estavam, nesse prisma, fortemente

integrado à visão naturalista. Todavia, Sack (1986) observa que a territorialidade humana pode ser usada por uma multiplicidade de razões abstratas, mas poucas ou nenhuma são motivações animais.

Na Geografia, conforme enfatiza Roncayolo (1986) apud Silva (2000), a discussão da territorialidade parece ter sido inserida por Edward Soja em 1971. Ainda segundo Rocayolo, Soja acrescenta que a territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social.

Em termos geográficos, Sack (1986) aponta que a territorialidade humana é uma forma espacial de comportamento social. Trata-se de uma estratégia de um indivíduo ou de um grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações por meio da fixação e do domínio sobre uma determinada extensão. Essa extensão é entendida como território. Para o autor:

[...] É necessário levar em conta o contexto onde a territorialidade acontece, pois, do contrário, se correria o risco de realizar uma análise espacial abstrata. A territorialidade, nesse sentido, é sempre construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa (SACK, 1986, p. 27).

O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional, define a territorialidade regional (CARA, 1994).

No aporte de Castoríades (1993) citado por Souza (1995, p. 101-105), percebe-se que:

[...] Como toda a construção da realidade é um instrumento de poder, a (re) ordenação territorial regional, pode ser instrumento de poder tanto para os atores locais do desenvolvimento, como para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação local.[...] a perspectiva da territorialidade regional, deveria ser o horizonte utópico a ser buscado pelos grupos sociais de uma determinada região, ao serem desafiados num processo de (re) ordenação do território, ou de alavancagem do desenvolvimento regional. Isto porque, a autonomia constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdades.

Holzer (1997) conclui suas argumentações dizendo que a territorialidade é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferido, da construção dos mundos pessoal e integrado, englobando o arrolamento do território com o desconhecido.

A noção de territorialidade coloca-se, dessa forma, como um caminho em potencial a ser explorado. Desde a introdução da noção de territorialidade em Geografia, é possível notar as diferentes definições que o termo assumiu. Surgindo com um intenso conteúdo naturalista ligado ao comportamento animal, sendo incorporado e desenvolvido a partir de uma ótica relacionada à esfera da produção e da política nacional, tornando-se importante hoje pela possibilidade de englobar a perspectiva cultural, o termo territorialidade passou a ser um dos mais empregados pelo vocabulário geográfico.

1.2 O LUGAR

O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a da existência, uma vez que se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido (SANTOS, 1999). Esse tratamento vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, percebe-se que o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) das quais se refere (TUAN, 1975). De outro lado, o lugar pode ser lido a partir do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979), encerra todas as respostas e as experiências que temos de ambientes, no qual vivemos antes de analisarmos e atribuírmos conceitos a essas experiências. Isto implica compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais, quais sejam a localização, a posição, a mobilidade, a interação com os objetos e/ou com as pessoas. Essa perspectiva se identifica a nossa corporeidade e, a partir dela, ao nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Porém, o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Santos (1999), como os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

Nesse contexto, Santos (2002) sublinha que é no lugar, nosso e próximo, que se superpõe, dialeticamente, o eixo das sucessões, e também se transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que se trata do eixo das coexistências, em que tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Percebe-se que daí resulta sua visão de mundo vivido local–global. Para o autor (SANTOS, 2002), o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais, resultado do poder hegemônico com as relações horizontais de coexistência e resistência. Observa-se, dessa maneira, a força do lugar no contexto atual da Geografia.

Na concepção de López (1991, p.42):

Quando falamos de lugar, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

Conforme relata Santos (2002), um território de identidade e de solidariedade, assim como um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade é, também, um lugar de representações e de práticas cotidianas. Nesse sentido, em um lugar tem-se a necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural, fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concreta. Segundo explica Tuan (1983, p. 250), “Lugar é um centro de significados construído pela experiência [...] Ele tanto nos transmite boas lembranças quanto à sensação de lar”.

Reforçando as colocações de Santos (2002), Durkheim (1978) explica o social pelo social e aponta que há algo de particular na sociedade, o que exige uma nova esfera de conhecimento, a sociologia. No texto *Preponderância Progressiva da solidariedade orgânica*, do livro *A divisão do Trabalho Social*, Durkheim (1978) utiliza, com mais frequência, a expressão “estrutura social”, que depois foi largamente difundida. Assim, na medida em que foi desenvolvendo sua teoria mediante a adoção de conceitos básicos de coerção, solidariedade, autoridade, representações coletivas, etc., estava na realidade preocupado com a manutenção da ordem social. “A sociedade é a existência de uma influência prática da coletividade em suas devidas artes que são, no limite, cada um dos sujeitos. A sociedade tem uma existência de relativa auto-regulação que não precisa dos homens para fazer o que já é feito”. (DURKHEIM apud OLIVEIRA, 2001, p.16).

Durkheim (1978), na obra *Da divisão do trabalho social*, identifica duas fontes básicas da coesão: a solidariedade dita mecânica e a orgânica. Porém, antes de se analisar essa solidariedade deve-se ter em mente que dentro da consciência há duas consciências: uma é coletiva, comum a todo o grupo, isto é, a sociedade vivendo e agindo sobre nós, pressupõe-se individualidade nula; e a outra é uma consciência individual, constituída pelo próprio indivíduo.

A solidariedade mecânica, por analogia, é chamada de corpos brutos, indicando que o indivíduo está diretamente ligado à sociedade, sem que haja intermediário; apresentam-se como um conjunto organizado de crenças e sentimentos comuns a quase todos os componentes; é do tipo consciência coletiva. A sociedade tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam. Já a solidariedade orgânica é chamada de organismo animal, é aquela em que a coletividade resulta de uma diferenciação. Os indivíduos não se assemelham, são diferentes; é do tipo consciência individual.

Toda a teoria sociológica de Durkheim (1995) pretende demonstrar que os fatos sociais têm existência própria, isto é, são independentes daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular. Embora, todos possuam suas "consciências individuais", seus modos próprios de se comportar e interpretar a vida, pode-se notar, no interior de qualquer grupo ou sociedade, formas padronizadas de conduta e pensamento. Essa constatação está na base do que Durkheim (1995) chama de consciência coletiva. Assim, Durkheim (1995, p.50) introduz na literatura sociológica o conceito de Consciência Coletiva: "conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado que tenha vida própria".

O resultado, e esta é uma das idéias essenciais do pensamento do autor (Durkheim, 1995), é que o indivíduo não vem historicamente em primeiro lugar. Seu desenvolvimento decorre com a história. É o progresso da divisão do trabalho que se impõe pelo crescimento e volume e da densidade moral das sociedades, pela intensificação dos contatos e das relações sociais.

Cabe salientar que Santos (2002), ao se referir ao conceito de território, aponta que este hoje pode ser formado de lugar próximo e de lugar em rede. Sobretudo, o mesmo lugar que forma redes e que formam um espaço banal. Nota-se

que são os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes.

Em outra publicação, Santos (1999, p.306) afirma que “o lugar é tempo interno, o palco, o teatro de múltiplos tempos externos”.

Em estudos mais recentes, o lugar é resgatado pela Geografia como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente. Trata-se de um conceito que nos remete à reflexão de nossa relação com o mundo. Para Santos (1997), resgatando Serres (1990), essa relação que era local-local, agora é local-global.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através do dia-a-dia compartilhado entre as mais diversas pessoas. Já os conflitos existentes são à base da vida em comum (SANTOS, 1999).

Dessa forma, o conflito é criador e não a homogeneidade. Ou seja, não é o acordo que é criador, criador é o conflito, que permite a exibição da diferença e, às vezes, a compreensão da razão dessa diferença. Esse conflito que faz com que as pessoas, juntas nesse processo de cooperação e de luta, sejam levadas à negociação permanente (SANTOS, 1995 apud ARROYO,2001).

Mais recentemente, Santos, Souza e Silveira (2001) afirmam que:

O processo de construção (ou produção do espaço geográfico) de um lugar envolve muitos outros aspectos e suas estratégias e práticas [...] Suas estratégias e práticas, que envolvem articulações, parcerias, conflitos e sinergias, são fundamentais para a compreensão da dinâmica das relações sócio espaciais específicas [...].

Para Santos (2002, p. 52), “o mundo não existe em si, o mundo existe para os outros. É o lugar que dá conta do mundo”.

Colaborando com as colocações de Santos (2002), Hegel explica a importância da transformação do em-si em para-si: “O que é em si, e o que existe e é para si, é apenas um só e o mesmo. Eis o que significa justamente desenvolvimento. Se o em-si não fosse o em-si, deparar-se-ia aí com um outro,

portanto, uma modificação” (2005, p. 80). Hegel (2005, p. 82) em outro momento acrescenta:

[...] Se o primeiro era o em-si da realização, e o segundo a existência, o que emerge, então o terceiro é a identidade de ambos, mais precisamente, o fruto do desenvolvimento, o resultado de todo este movimento; e isso chamo eu abstratamente o ser-para-si. É o ser-para-si, do homem, do próprio espírito [...] o que era oposição entre a consciência de si e o mundo torna-se síntese, e o espírito passa a ser em si e para si, superando a consciência subjetiva, mas permanecendo sujeito, agora absoluto [...].

A partir das observações dos autores citados, percebe-se que o lugar compõe uma parte significativa no processo do desenvolvimento local, já que é nele que se desenvolvem as relações primárias ou secundárias. No lugar também se estabelecem laços afetivos em que afloram as emoções e eternizam as histórias vividas, sendo, ainda, o responsável pela criação da identidade pessoal e coletiva, o que gera o sentimento de pertença.

Porém, apesar da idéia geral apresentada pelos autores acima, ainda se faz necessária a busca por conceitos, com o objetivo de um maior entendimento sobre como se vem denominando lugar na perspectiva do desenvolvimento local.

1.3 O ESPAÇO

Sabe-se que espaço é uma palavra abrangente e vital, principalmente, na Geografia. O espaço indica uma idéia de vida, de lugar habitado. É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social.

Tendo em vista a concepção utilizada de espaço para o desenvolvimento local, Santos (1999, p. 51) ressalta:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima [...] O espaço é formado por um conjunto e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente,

mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade [...].

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando.

O estudioso Brunet (2005, p.179) apresenta uma definição para o espaço:

Espaço, palavra vital para a geografia. Sua etimologia latina *espatium* inclui a idéia de 'passo', o que é possível ser mensurado com os passos; também se aproxima do significado do termo grego 'core' que indica uma idéia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como uma página em branco onde se colocam a ação humana e o trabalho do geógrafo.

Dessa maneira, é o espaço, enquanto base de materialização da atividade humana, em diferentes escalas da superfície terrestre, o espaço geográfico. No contexto geográfico, o espaço pode ser conceituado como espaço absoluto e espaço relativo. O primeiro é independente, existindo por si mesmo, separadamente da matéria. Já o segundo, é aquele que depende diretamente da matéria, dos objetos para existir, como explica Machado em seus estudos (2005).

Entretanto, a visão do espaço como uma construção social não põe em dúvida seu caráter material e evidente, conforme indica Santos (1986a, 137):

O espaço existe, é a matéria trabalhada por excelência [...] A casa, o lugar do trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que se unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social.

Nesse sentido, Santana (2001, p. 51) destaca que “a história se constrói, seja por meio do trabalho produtivo, seja por meio do próprio espaço, ocupando e se apropriando da natureza primeira e segunda. Afinal, é no espaço que as relações sociais se realizam”.

Santos (1994) reforça que em todos os momentos, o ponto inicial é a sociedade humana realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base de abstração que é o espaço e o tempo e a forma como são usadas, as materialidades em suas variadas formas e as ações.

Torna-se válido ressaltar que os estudos sobre a percepção desenvolveram-se devido à preocupação no sentido de conhecer e de explicar as atitudes e os valores da comunidade frente ao território, ao espaço ou ao lugar. A pauta fundamental para a percepção é o espaço que, segundo Gibson (1960), não é um vazio com linhas que se conectam em ângulos retos, mas sim, o espaço em que se situam as habitações, os caminhos e as regiões.

Contudo, este é o mesmo espaço em que os homens caminham, pilotam aviões, valorizam as paisagens e se deslocam para o lazer. Assim, a compreensão cognitiva do espaço torna-se abrangente. Por isso, essa compreensão tem constituído a preocupação de muitos estudiosos ligados aos estudos da percepção.

Nesse sentido, percebe-se a importância de se contextualizar o assunto no âmbito proposto para este estudo.

Para Ballone (2005, p.01):

O ser humano se espalha pela terra em muitas localidades geográficas, em diversas culturas e sociedades. Acompanhando essa diversidade existem também variações nos mundos percebidos pelas pessoas, há diferenças na maneira pela qual os mesmos objetos ou lugares são percebidos em diferentes sistemas culturais.

O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação.

1.4 A PERCEPÇÃO

Quanto ao conceito de percepção, verifica-se que para este termo existem diversas definições. Segundo Robbins (2001, p.117), por exemplo, “percepção é o processo pelo quais os indivíduos organizam e interpretam suas impressões sensoriais, com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente”. Já Davidoff (2001, p.139), quando trata do assunto, define percepção como “o ponto em que a cognição e a realidade encontram-se e, talvez, a atividade cognitiva mais básica da qual surgem todas as outras”.

Ao analisarem o conceito de percepção, Bowditch & Buono (2000, p.62) sublinham que “Percepção se refere ao modo como interpretamos as mensagens de nossos órgãos dos sentidos para dar alguma ordem e significado ao nosso meio ambiente”. Kaplan, Sadock & Grebb (1997, p.295) também se preocupam em conceituar a percepção e afirmam que esta é “o processo de transferência de estimulação física em informação psicológica; processo mental pelo qual os estímulos sensoriais são trazidos à consciência”.

Enriquecendo os conceitos de percepção, Corbisier (1981, p. 77) utiliza as palavras de Hegel: “A percepção tem por objeto o sensível, na medida, não mais em que é imediato, mas em que é, ao mesmo tempo, a título de universal. É uma mistura de determinações sensíveis e de determinações reflexivas”.

Sabe-se que as implicações mais importantes sobre a percepção ocorrem nas relações humanas. Um dos princípios que funciona nas relações humanas trata-se da influência da autopercepção sobre a percepção, que se tem de si mesmo e de outras pessoas (comportamento humano). Dessa forma, pessoas capazes de entender a si próprias são capazes também de compreender e perceber o comportamento alheio e de fazer avaliações precisas dos outros de sua comunidade. Assim, as pessoas com as mesmas características culturais, por exemplo, podem olhar a mesma coisa (espaço, lugar) e notá-las de maneiras distintas devido às sensações, às diferenças individuais, à personalidade e aos interesses. O que se perceberá irá depender de como se observou a figura, o objeto ou a pessoa.

Sobre esse prisma, a obra de Hegel: *Fenomenologia do Espírito*, citada no livro de Abrão e Coscodai (2003, p. 348-349) aprofunda o conceito, a saber:

O sentido que o processo de percepção adquire está primeiramente vinculado à apreensão consciente do devir por um sujeito que se situa perante ele e, ao mesmo tempo, dele faz parte. Essa apreensão é, em si, um processo, que se realiza na trajetória da consciência ao desenvolver a tarefa de compreender o mundo e a si própria. [...] Há uma indistinção primitiva em que a consciência e as coisas se confundem. Mas disso surge o primeiro momento da trajetória da consciência, em que esta se afirma perante o todo. Esse é o momento de uma primeira objetivação, ainda no nível da percepção, pela qual a coisa simplesmente é sentida, mas sentida como objeto por uma consciência.

Abrão e Coscodai ainda acrescentam que as sensações, no entanto, referem-se apenas ao aqui e agora; elas se sucedem uma às outras, negando-se mutuamente. Essa insuficiência das sensações para identificar a coisa é superada mediante a evolução da percepção sensível para a representação intelectual. O aqui e agora é então substituído pela determinação conceitual, que não sofre variações, como acontece com as sensações (ABRÃO e COSCODAI, 2003).

Fadiman & Frager (1986, p.71-86) apontam que “nossos sentidos não recebem fatos reais, mas apenas uma imagem subjetiva deles, um reflexo do mundo externo”.

Para finalizar, nos reportamos à caverna de Platão, uma metáfora que retrata homens que viviam acorrentados numa caverna, de costas para a entrada. Essa entrada possuía uma fogueira que os homens ali não podiam ver. Esta projeta sombras nas paredes da caverna. Os acorrentados lidam com tais sombras como se estas fossem a realidade.

A partir dessa metáfora, pode-se analisar que para o desenvolvimento local, sua importância é clara: se o princípio da percepção é que o indivíduo reage a ela, a compreensão de como isso ocorre poderá ser extremamente útil para entendermos as comunidades e as pessoas que compõem o cenário do desenvolvimento local.

1.5 QUESTÕES E CONCEITOS SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Ávila (2001), para se entender o real significado do conceito de desenvolvimento local, é necessário, primeiramente, entendermos o conceito de desenvolvimento e de suas preposições.

Tendo em vista que se vive em um período da história caracterizado pela supremacia do pensamento econômico, para a maior parte das pessoas, o conceito de desenvolvimento tem sido relacionado, quase unicamente, ao fator do crescimento econômico. Entretanto, ainda que o crescimento econômico seja essencial, não é o único elemento a gerar o desenvolvimento.

Precisa-se entender que o desenvolvimento deve significar acima de tudo, melhoria na vida das pessoas. Analisando dessa forma, juntamente com o fator

econômico, devem-se agregar outros fatores como: o crescimento do capital social, a conquista da boa governança, dentre outros.

Pereira (1985) aponta que, o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, na qual o padrão de vida da população passa por um crescimento significativo tornando-se automático e autônomo. Verifica-se que não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político ou social, uma vez que não existe desenvolvimento fragmentado. O desenvolvimento é um processo de transformação global.

Kliksberg (2003) indica um outro aspecto, que se destaca na nova discussão sobre o desenvolvimento, é um apelo mais generalizado a superar os enfoques reducionistas e buscar, para captar a complexibilidade, perspectivas integradoras de variáveis múltiplas.

O desenvolvimento não pode ser encarado de forma integral. As metas técnicas são absolutamente necessárias e respeitadas, porém devem ser encaradas como os meios para o alcance do objetivo final, que é, acima de tudo, a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Assim, o ser humano não é só um meio do desenvolvimento, mas sim, sua finalidade última.

Conforme Kliksberg (2003, p.110) assinala: “Junto com o crescimento econômico, surge a necessidade de alcançar o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios do meio ambiente”.

Partindo disso, para que a palavra desenvolvimento seja acrescida para desenvolvimento local, é preciso que o protagonismo dos autores envolvidos, ou seja, as comunidades se envolvam participando, se engajando, se comprometendo com o efetivo desenvolvimento local. Entretanto, o que se entende, efetivamente, por desenvolvimento local?

Diante desse questionamento, a essência conceitual construída por Ávila (2001, p.68-69) parece precisa:

[...] O ‘núcleo conceitual’ do Desenvolvimento Local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’(portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de

agentes externos e internos - incrementar a cultura as solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a 'metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Corroborando com a idéia anterior, Fragoso (2005) menciona que definir seriamente o conceito de desenvolvimento local seria um assunto para muitos estudos, mas superficialmente, pode-se dizer que se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma idéia de futuro para um território, concretizando ações que possam ajudar na construção ou na reconstrução desse futuro.

Para a concretização desses conceitos, faz-se necessário construir um processo coletivo e altamente educativo, articulado com a participação dos moradores do local, bem como de agentes e de entidades externas a este.

O desenvolvimento local, na concepção de Martins (2002, p.51), se constitui em um “evento *sui generis* resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confronta o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade”.

Martin (1999) apud Martins (2002) completa o pensamento anterior afirmando que, o desenvolvimento local igual à escala humana deve ser interpretado como a satisfação das necessidades humanas essenciais através da efetiva participação dos atores, ou seja, de cada pessoa. Esse talvez seja o maior desafio do desenvolvimento local.

Atento a essa dificuldade, Ávila (2000a) acrescenta os conceitos: desenvolvimento no local e para o local. Para o autor (ÁVILA, 2000a), desenvolvimento local não é desenvolvimento no local nem para o local, uma vez que o desenvolvimento no local se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação de desenvolvimento por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, na verdade, tem o local apenas como sede física. Dessa forma, o empreendimento permanece no local até o momento que obtiver lucro e enquanto compensar.

Quanto ao termo desenvolvimento para o local, este se refere à idéia de um desenvolvimento que além de se situar no local como sede, também gera atividades e efeitos benéficos para a comunidade, brotando, por exemplo, das instituições filantrópicas, bem como do caráter político-eleitoral, do assistencialismo, que no final tornam-se como um bumerangue. Busca-se, portanto, com esses “benefícios” uma troca de favores. Conforme sublinha Ávila (2001, p.75-76):

[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos e não o inverso-agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade [...] O desenvolvimento local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que respeita, a saber, como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades.

Os conceitos que serão abordados, a seguir, contribuem significativamente para a construção do conceito de desenvolvimento local, salientando assim sua importância.

1.5.1 Solidariedade

Em Pierson (1968, p. 331), a solidariedade é vista como “condição do grupo, que resulta de um compartilhar de atitudes e sentimentos, de modo a construir o grupo em apreço, unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face de oposições vinda de fora”.

Para Sahlins (1986), Durkheim não via a sociedade como constituída pelo processo simbólico, mas exatamente o contrário. A obra do francês Émile Durkheim (1858-1917), herdeira deste duplo legado, é, por um lado, um desvelar de ilusões humanistas e antropocêntricas que situam o homem ou o indivíduo como origem, explicação e legitimação de tudo que há na história. Por outro lado, sua obra encara como válida e possível a reconstrução do mundo pelo indivíduo. Durkheim sabe que nem a história nem a sociedade estão a serviço do homem; elas não são

simplesmente controláveis pela vontade deliberada supostamente “autônoma” dos sujeitos isolados.

Quanto à evolução dessa questão através dos adeptos de Durkheim, Johnson (1997) apud Ávila (2001, p. 40) acrescenta:

Versões mais recentes do enfoque da coesão social de Durkheim, especialmente a que foi desenvolvida por Talcot Parsons, baseiam-se na idéia de que as sociedades modernas, complexas, são mantidas coesas por um consenso geral sobre valores. Este acordo coletivo é cultivado por instituições socializantes, tais como a família, escolas e a mídia.

A instrução de pessoas e grupos comunitários para a solidariedade e a referente coesão compõe, sem sombra de dúvida, aspecto estrategicamente essencial no conjunto de toda a dinâmica do desenvolvimento local.

1.5.2 Capital Social

O desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social, o que tem sido denominado, por muitos autores renomados, como capital social. Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Henrique Rattner, Ricardo Abramovay, entre outros estudiosos do tema, tratam, em seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo, enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local. Os fatores de ordem social, institucional e cultural teriam, assim, impactos centrais no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

O capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, regras e confiança, que promovem a coordenação e a colaboração para o benefício mútuo. A dimensão política se justapõe à dimensão econômica: as reminiscências cívicas admitem-nos antecipar o grau de desenvolvimento e não o contrário. O desempenho institucional está condicionado pela comunidade cívica (PUTNAM, 2000).

Segundo Putnam (2000), o desenvolvimento também exige o crescimento da capacidade de boa governança. Esta se relaciona com a capacidade gerencial da administração pública, com a capacidade da sociedade de construir canais de participação na gestão estatal e, também, com os níveis de representatividade, legitimidade e confiança dos governos, com sua capacidade de prestar contas, com a transparência e a permeabilidade do Estado em relação ao controle social. Para chegar a essa conclusão, o autor analisou as políticas da região norte e sul e observou que as disparidades entre as regiões eram consideráveis tanto nos âmbitos da economia, do social e da cultura.

Outros dos precursores, Coleman (1990) apud Kliksberg (2003, p. 117) escrevem:

O capital social se apresenta tanto no plano individual como no coletivo. No primeiro, tem a ver com o grau de integração social com o indivíduo, sua rede de contatos sociais, implicam relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis. Melhora a efetividade privada. No entanto, também é um bem coletivo [...].

Diferentes análises estão sendo levantadas atualmente sobre a forma de capital social em diversos aspectos. Para Newton (1997) apud Kliksberg (2003), o capital social pode ser visto como um fato subjetivo combinado de valores e atitudes que influenciam as formas como as pessoas se relacionam entre si. Nesse contexto, inclui-se a confiança, o preceito de reciprocidade e as atitudes e valores que auxiliam as pessoas a transcender relações conflituosas e competitivas para moldar relações de cooperação e ajuda mútua.

Bullen e Onyx (1998) apud Kliksberg (2003) concebem o capital social como redes sociais fundamentadas em princípios de confiança, reciprocidade e normas de ação.

Verifica-se que a discussão sobre o conceito de capital social é legítima, uma vez que os estudos apenas tiveram início há menos de uma década. O capital social continua dando mostras de sua presença e ação efetiva, por isso a importância do assunto, principalmente, para o desenvolvimento local.

1.5.3 Comunidade

Um dos primeiros passos da proposta do desenvolvimento local é entender que sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade, torna-se difícil visualizar os caminhos a serem seguidos. O desenvolvimento local procura integrar as potencialidades do território e os interesses da comunidade.

Costa (2003) acrescenta que o desenvolvimento local busca atuar dirigindo os esforços e as atividades nas comunidades com enfoque nos conceitos de identidade, protagonismo, endogenização, integralidade, equilíbrio, sustentabilidade, cooperação, território, descentralização, coordenação, flexibilidade e inovação.

Ao observar o desenvolvimento local, pensa-se nas comunidades, já que são nelas que se baseiam as ações para o desenvolvimento. Por isso, é preciso refletir, a partir de autores conceituados, o significado da palavra comunidade.

Melver (1968) apud Ávila (2001, p. 31) diz que: “Comunidade consiste em um círculo de pessoas que vivem juntas, que permanecem juntas de sorte, que buscam não este ou aquele interesse, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas”.

Pierson (1968, p. 322) vai além, enfatizando o relacionamento primário, espontâneo e informal, como a característica mais marcante de uma comunidade, a qual consiste na:

[...] organização espacial e funcional de seres vivos (vegetais, animais ou humanos) biótica ou economicamente interdependentes; é produto de competição e acomodação; a interação nela existente é inconsciente e assim impessoal; tratam-se os indivíduos uns aos outros como simples utilidades; defini-se a partir de simbiose, ordem econômica, divisão do trabalho, localização no espaço (ordenadas todas as partes tendo relações orgânicas com as outras); função: maior eficiência na luta pela existência [...].

Segundo o aporte de Oliveira (2004), só se pode falar de comunidade quando se está diante de grupos sociais unidos por laços afetivos e não por vínculos impessoais. Para o autor (OLIVEIRA, 2004), existem algumas características

principais quando falamos em comunidade: nitidez, homogeneidade e relações pessoais. A nitidez é o limite territorial da comunidade, ou seja, marca onde ela começa e onde termina do ponto de vista geográfico; já as homogeneidades são as atividades desenvolvidas por pessoas de mesmo sexo e faixa de idade, assim como seus estados de espírito são muito parecidos entre si; o modo de vida de uma geração também é semelhante ao da precedente.

Para Le Bourlegat (2000, p. 14), “o próprio termo comunidade significa estar em comunhão (coesão do grupo no mundo material e espiritual)”. Dessa forma, ao se basear nessa afirmação, pode-se constatar que o desenvolvimento local se concretiza através da sensibilização da comunidade.

1.5.4 Cultura

Sabe-se que na construção do conceito de desenvolvimento local, a cultura tem um peso decisivo, tendo em vista que é por meio dela que uma sociedade gera valores e os transmite para as próximas gerações como, por exemplo, a participação, o cuidado com o bem-estar coletivo, as atitudes democráticas, a erradicação da corrupção, a superação das discriminações, entre outros. Esses valores facilitam o desenvolvimento comunitário, além de contribuir para o perfil final da sociedade como um todo.

Geertz (1978) citado por Sauer (1996, p. 4) faz uma importante crítica sobre as conceituações limitadas de cultura, dentre as quais ele destacou as mais usuais:

1. O modo de vida global de um povo;
2. O legado social que um indivíduo adquire de um grupo;
3. Uma forma de pensar, sentir e acreditar;
4. Uma abstração do comportamento;
5. Uma teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente;
6. Um celeiro de aprendizagem em comum;
7. Um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes;
8. Comportamento aprendido;
9. Um mecanismo para regulamentação normativa do comportamento;

10. Um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens;
11. Um precipitado da história.

Com relação ao argumento anterior, o homem era amarrado em teias de significados que ele próprio criou, sendo essas teias a própria cultura. Para Geertz (1978), “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente aos acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível [...]”. (GEERTZ, 1978 apud SAUER, 1996, p.4).

Da mesma forma, Cosgrove (1998, p.27) argumenta que:

A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não-reflexivas, rotineiras da vida cotidiana [...] a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas.

Percebe-se que, hoje, muitos querem entender as manifestações culturais, de modo geral, como um sistema de significações mediante o qual determinada sociedade se comunica, se reproduz e pode ser estudada. Assim, atualmente, a cultura, necessariamente, se desdobra entre, por um lado, uma visão mais antropológica e sociológica do conceito, como modo de vida e visão de mundo dentro do qual opera um sistema de significações que se espalha por toda e qualquer atividade social. Por outro lado, conserva ainda seu sentido mais especializado de atividades artísticas e intelectuais, entendido, nesse contexto, não apenas a arte, mas toda e qualquer prática significativa dentre as infinitas, difundidas nas sociedades contemporâneas, como a linguagem, as artes e a filosofia, ou o jornalismo, a moda e a publicidade (CHARTIER, 1991).

Sob a ótica de Oliveira (2004, p. 137), cultura “é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo recebe de seu grupo, ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou”. Damatta (1986, p. 123), por sua vez, afirma que:

Cultura é a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. [...] Um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um

dados grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. É justamente porque compartilham parcelas importantes deste código (o da cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transforma-se num grupo onde podem viver juntos, sentindo-se parte da mesma totalidade.

Segundo o Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Unesco (1996), o desenvolvimento cultural é um fim desejável em si mesmo porque dá sentido à nossa existência. A cultura, ao constituir-se em conjunto distintiva de atributos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que, caracterizam uma sociedade ou grupo social, engloba não somente as artes e a literatura, mas também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições, as crenças e os direitos fundamentais do ser humano.

Sendo assim, a cultura pode ser entendida como a somatória dos traços comportamentais aprendidos e das crenças características dos membros de uma sociedade particular. (COHEN, 1980).

Completando o questionamento sobre o assunto, Fróis (2004) ressalta que pertencer a uma cultura significa ter identidade frente ao outro e, sobretudo, compartilhar com aqueles pertencentes às mesmas culturas um grau de igualdade, tal que se permita a cada indivíduo ser, ao mesmo tempo, livre e igual, uma vez que o que torna os homens iguais em uma cultura, subjaz a própria consciência de identidade que o torna livre em sua manifestação dessa cultura.

1.5.5 Identidade

O conceito de identidade local vem sendo estudado como um fenômeno complexo que incorpora vários aspectos da relação entre indivíduo e espaço.

Quando se pensa em identidade, logo determinadas questões remetem as pessoas às suas origens, raízes e, principalmente, ao sentido de pertencer. Dessa maneira, as perguntas, como: quem é você?, de onde veio?, correspondem às referências que cada um tem de si mesmo e isso explica o conceito de identidade.

Hall (2006) aponta que o conceito de identidade é relativamente novo, tendo surgido no Iluminismo e adquiriu espaço no decorrer das décadas, na medida em que as discussões sobre individualidade ganharam importância. Na época das sociedades tribais, a identidade era construída externamente por um sistema de ritos que orientava as pessoas. A identidade não era tão problematizada quanto é atualmente.

Na modernidade, a construção da identidade é um processo bem mais complexo, isso porque também se está em uma sociedade mais complexa. Logo, a identidade tornou-se móvel, múltipla, pessoal, auto-reflexiva e sujeita à mudanças. Dessa forma, não é entendida como um processo acabado, mas como algo que sempre está em construção. Apesar de alguns traços serem mais ou menos fixados, as identidades passaram a ter relação com uma série de outros aspectos, como os familiares, os locais que o indivíduo frequenta, as relações fora da família, entre outros. Percebe-se, assim, que a identidade está sujeita a várias construções, transformações e influências.

Verifica-se que a identidade é um processo, sendo definida nas relações vividas no cotidiano, bem como nas observações do dia-a-dia de cada indivíduo, ou seja, nesse processo o outro é uma peça fundamental. Nesse sentido, o indivíduo com sua própria identidade constitui-se ao se diferenciar ou ao se identificar com o outro indivíduo da comunidade, num processo de aceitação ou rejeição.

Ao tratar de identidade, Ávila (2001, p. 36) sublinha que:

Do ponto de vista individual, identidade quer dizer a propriedade ou o conjunto de propriedades fundamentalmente típicas(s) de cada ser -não importa de que reino, gênero ou espécie-, pela(s) qual (is) o mesmo se diferencia de todos os demais seres da natureza; Coletivamente falando, identidade se refere à propriedade(s)- além da(s) individualizantes(s) aludida(s) acima-igual (is), comum (ns) ou afim (ns) a dois ou mais seres, em razão da(s) qual (is) os mesmos podem se associar ou agrupar.

No que diz respeito ao ponto de vista individual da identidade, Martins (2003) acrescenta que o indivíduo se faz referência ao time, à turma, à equipe de trabalho, à família, ou à cidade a que pertence e se sente coeso, invadido pelo

aroma do lugar, pela maneira do povo e pelo sentimento de pertencer: sou aquilo, sou de lá.

Segundo Martins (2003, p. 42-43), “Identidade seria, em linhas gerais, esse sentido de pertencer que as pessoas trazem enquanto seres simbólicos que são [...]. Conseqüência de pertencer a um grupo ou comunidade culturalmente homogênea e socialmente definidos”.

Na perspectiva de Giddens (2002), as mais recentes formulações sobre o conceito de identidade se afastam da idéia de consolidação de um eu estável que estabeleceria, em definitivo, a personalidade e o campo cultural dos indivíduos, tal como foi formulado na modernidade. Hoje, individuar-se significa muito mais que se redefinir continuamente. O verdadeiro obstáculo não estaria mais na capacidade ou na mudança, mas em como assegurar a unidade e a continuidade da história individual num mundo de complexidades e alternâncias existenciais. Os modelos estáveis de identidade que os grupos e instituições forneciam em contextos pré-industriais dão lugar a um alargamento de possibilidades de escolhas, de construção de autonomia e possibilidades de realização de si. As possibilidades que os indivíduos têm de fazer escolhas em suas vidas cotidianas não são, contudo, totalmente livres. Elas dependem dos vínculos que se estabelece nas múltiplas redes existenciais que constituem o social.

Kashimoto, Marinho e Russeff (2002) sublinham que a identidade reflete-se na maneira que os indivíduos se inter-relacionam, compartilhando os bens culturais produzidos coletivamente de forma a fortalecer a identidade comunitária. Para Hall (2002), a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a nós próprios nossas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, dessa maneira, costura (ou, para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura, de forma que se estabilizam tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos, reciprocamente, mais unificados e previsíveis.

Farias (2006) explica que dentro do pensamento clássico, a identidade pode ser entendida como um conjunto de características ou propriedades que

pertencem única e exclusivamente a um sujeito e que, assim, o torna passível de ser conhecido ou reconhecido. Para tanto, esse conjunto deve permanecer num intervalo de tempo, para que assim, se possa fundar o conhecimento sobre ele. Dessa forma, não se pode mais lidar com o conceito de identidade como algo que não muda, mas, deve-se ter em mente o conceito de identidade como algo que permanece enquanto se mantém constante no tempo.

Quanto à identidade cultural, Oliveira (2004) sublinha que esta corresponde àqueles indivíduos que compartilham a mesma cultura. Percebe-se que é essa identidade cultural que faz com que as pessoas se sintam pertencentes ao grupo e, por meio, dela se desenvolve o sentimento de pertencimento a uma comunidade, a uma cultura.

Compreende-se, portanto, a necessidade da valorização da identidade cultural na comunidade, o que possibilita o fortalecimento em seu ambiente, uma vez que se trata ainda de uma ferramenta indispensável para a condução do processo de desenvolvimento local.

1.6 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES

Os Conselhos gestores de políticas públicas fazem parte de uma dimensão mais ampla das ações de governo e envolvem, na verdade, uma transformação na própria forma de fazer gestão pública. Eles têm a ver com uma concepção de co-gestão, uma concepção de partilha de poder. São novos espaços, novas esferas públicas no interior da qual a agenda fundamental é justamente a agenda voltada ao fortalecimento dos direitos de cidadania.

Em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse (note-se que, aqui, a hoje relegada terminologia estoniana mostra-se plenamente adequada). Dito de outra forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea na disciplina, a ênfase dos estudos recaía como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece

refletir o *status* privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área. Em um segundo momento, contudo, a partir da década de 1950, passou-se à definição das próprias políticas públicas como unidade de análise, o que gradualmente conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do chamado *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais usualmente envolvidos. (RADAELLI, 1995 apud FARIA, 2003).

Há quase vinte anos, discorrendo sobre políticas públicas, Demo (1979) expôs a problemática da situação nacional, fazendo um retrospecto dos ciclos da política social no Brasil. E, já naquele período, ele indagava a viabilidade da formação de uma sociedade menos desigual num país em desenvolvimento. Demo (1979) afirmava que o processo de desenvolvimento não se concebe sem planejamento e que a redução das desigualdades não se dá por si só. Ele alertava que era preciso forçar o mercado a assumir padrões redistributivos, pois era necessário também intervir na realidade de maneira a alcançar um desenvolvimento com metas mais racionais e desejáveis, obtendo assim uma sociedade mais igualitária.

Conforme enfatiza Faria (2003) nas duas últimas décadas, porém, os estudos acerca da interação entre os atores estatais e privados, no processo de produção das políticas públicas, têm sofrido significativas reformulações. É possível perceber uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual que tem demonstrado a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, o corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos. Esses processos, muitas vezes, são marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como, por exemplo, as organizações não-governamentais de atuação transnacional e as redes de especialistas.

Observa-se que as políticas públicas no Brasil estão em curso. Diante disso, nota-se, a partir do início da década de 1980, um movimento, plenamente consciente, de pesquisadores, de agências de fomento e de organizações públicas, que atuam na área de planejamento ao proporem novas formas de elaboração das políticas públicas, em uma nova perspectiva do significado de desenvolvimento e

com base em uma visão do papel do Estado que não se confunda com o estadismo nem com o privatismo. Mas que fale em parcerias e solidariedade da sociedade civil, mantendo o Estado responsável pela condução do processo de formulação de políticas relativas ao desenvolvimento.

Para Becker (1995), essa nova perspectiva consiste em selecionar pontos para aplicação de forças e na política do desenvolvimento regional, a maior expressão é a prática dos pólos de crescimento. Para a construção do desenvolvimento humano sustentável, uma das principais estratégias consiste na formação dos recursos humanos para implementar tais políticas. É imprescindível que as pessoas que irão conduzir esse processo tenham, além da qualificação adequada, o conhecimento da realidade na qual irão trabalhar e estejam preparados para levar em consideração as crenças e valores da comunidade local.

Pereira (2000), ao citar Vilaça (1996), comenta que Cidade Saudável, Cidade Sustentável, Cidade-Educação, Comunidade Solidária, Plano Diretor, Políticas Públicas e Investimentos são denominações de algumas dessas propostas técnicas que envolvem a elaboração de políticas públicas, objetivando o desenvolvimento social municipal, estadual ou federal. Algumas delas vêm sendo experimentadas em algumas regiões do País, buscando estruturar um campo de ação não assistencialista de produção social da qualidade de vida.

Dentre as principais características das políticas públicas, segundo Pereira (2000, p.23), encontram-se:

- (1) Existência de um conteúdo que orienta os recursos humanos e materiais na busca de determinados resultados, de forma que não pode ser confundida com um ato isolado. Apresenta uma estrutura relativamente permanente e que oferece referência para os atores em seus processos de tomada de decisão e;
- (2) Tem como um de seus postulados basilares a existência de convergência entre o conteúdo da política, os atores e os mecanismos disponíveis para sua execução.

Na linha teórica apresentada por Tijiboy (1993), o articulador estratégico ou dinamizador de grupos deve ter algumas características essenciais como:

- Saber se comunicar com o outro;
- Ter capacidade para promover uma gestão participativa.

- Credibilidade;
- Seriedade;
- Confiança;
- Solidariedade.

Portanto, o papel do Agente de Desenvolvimento é ajudar na construção do desenvolvimento municipal/local numa visão de auto-sustentabilidade, trabalhando de forma articulada em parcerias com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, ou seja, é preciso que haja uma melhor articulação entre as iniciativas no nível local e as mudanças no nível dos sistemas. Indivíduos e organizações locais devem ser capazes de iniciar e manter o desenvolvimento de sua própria comunidade.

2 A ARTE, O ARTESANATO E SUAS MANIFESTAÇÕES EM TRÊS LAGOAS-MS: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS

2.1 HISTÓRIA DA ARTE

O campo das artes cada vez mais se abre e toma espaço das mais diversas atividades. Quase todos os espaços e atividades apresentam de alguma forma questões artísticas.

Conforme Costa (1999) e Barral I Altet (1994), não é mais possível falar em arte como uma produção limitada a determinados espaços ou como atividade de profissionais especializados. Ela está por toda parte, aprofundando-se no nosso dia-a-dia. A noção de obra de arte ou obra artesanal implica a intervenção do saber humano sobre os objetos. Segundo os autores, os limites da obra de arte são difíceis de definir, o que torna o conteúdo do termo mais amplo.

Na concepção de Gombrich (1999, p. 15): “Não existe realmente a que se possa dar o nome de arte. [...] o que se deve ter em mente é que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes [...]”.

Ainda sobre o conceito da arte, Costa (1999, p. 108-109) escreve:

A arte proporciona a expressão de sentidos compartilháveis de um patrimônio coletivo cheio de reminiscências, sigilos e revelações. Através dele, nosso mundo interior tão pessoal e intransferível encontra o enlevo de se saber comum e partilhável [...] A arte se opõe ao mergulho no individualismo egoísta. Trabalha o incrível paradoxo de, tendo suas raízes na subjetividade e na interioridade, só se realizar em comunicação com o outro e com o mundo [...] É fonte inesgotável de interpretação e sentido [...] E, mesmo mantendo laços estreitos com seu tempo e seu espaço, a arte atravessa a história e se apresenta virgem a novas interpretações.

Como se sabe, a arte existe desde os povos pré-históricos e primitivos. Sua evolução foi gradativa e marcada pelos séculos. Cada século representou um estilo e marcou sua história.

No Brasil, os surgimentos da arte e do ofício ficaram marcados já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isto, "... habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais". (FONSECA, 1961, p. 68).

De acordo com Fonseca (1961), outros fatores influenciaram para a cristalização dessa mentalidade: o primeiro fator diz respeito à entrega do trabalho pesado e das profissões manuais aos escravos; isto não só agravou o pensamento generalizado de que os ofícios eram destinados aos deserdados da sorte, como também impediu, pelas questões econômicas, os trabalhadores livres de exercerem certas profissões. Um outro fator liga-se ao tipo educação eminentemente intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos em que se afastavam os "elementos socialmente mais altos" de qualquer trabalho físico ou profissão manual.

Em 1808, com a abertura dos portos ao Comércio estrangeiro e ao mesmo tempo, ao permitir a instalação de fábricas no Brasil, D. João VI criou o Colégio de Fábricas, que representou o primeiro estabelecimento que o poder público instalou no país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes. Salienta-se que esses aprendizes vinham de Portugal atraídos pela abertura dos portos e das indústrias (FONSECA, 1961).

Ainda conforme Fonseca (1961), com a fundação do Império em 1822 e com a Assembléia Constituinte de 1823 não houve nenhum progresso em relação ao ensino de ofícios, isto é, continuava a mesma mentalidade de destinar esse ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos. Só em 1827, a Câmara aprovou o projeto da Comissão de Instrução que organizava o ensino público pela primeira vez no Brasil. Nesse projeto a instrução ficou dividida em quatro graus distintos, com o ensino de ofícios incluído na 3ª série das escolas primárias, e depois nos Liceus no estudo de desenho, necessário às artes e aos ofícios.

Conforme Romanelli (1980), com o fim da escravidão e a proclamação da República, nascia à perspectiva de alterar o panorama em relação ao ensino de ofícios. Romanelli (1980) lembra que foi aprovado em 1906 um crédito do governo Federal para que os Estados criassem escolas técnicas profissionais. Posteriormente, as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a fazer parte do Ministério da

Educação e Saúde Pública. As Escolas de ofícios, até então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, passaram a ser chamadas de Liceus e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Percebe-se, nesse período, uma total desvinculação entre formação profissional e educação. Aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, isto é, para o adestramento, pois, nessa época, a nossa indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e na manufatura com poucas exigências.

Manfredi (1998) ressalta que a questão da qualificação do trabalho e dos trabalhadores não preocupou somente os teóricos e gestores do capital; muito pelo contrário, os críticos do capitalismo e defensores do trabalho, desde os clássicos até os nossos dias, têm discutido questões relativas à qualificação e às formas de organização, analisando-as, essencialmente, à luz do conceito de trabalho.

Especificamente no século XIX, houve a ruptura nas tradições até então conservadas ao longo do tempo. A partir desse século, houve uma revolução permanente na história da arte. Segundo Barral I Altet (1994) e (1999), no século XIX o conteúdo e a inserção cultural da obra de arte são objetos de abordagens que relegam esse aspecto do estudo da arte à categoria de ciência auxiliar. Agora, os alicerces em que a arte assentara durante toda a sua existência estavam sendo abalados de um outro modo. A Revolução Industrial começou a destruir as próprias tradições do sólido artesanato, de modo que o trabalho manual cede lugar à produção mecânica e a oficina cede passo à fábrica.

Observa-se que, negligenciada por muito tempo, a arte do século XIX foi recentemente descoberta. O interesse voltou-se para os arquitetos restauradores de monumentos. As pesquisas sobre arquitetura urbana, seguida por estudos sobre arquitetura industrial, foram, pouco a pouco, sensibilizando os órgãos competentes sobre a proteção dessas arquiteturas.

Reforçando essa idéia Barral I Altet e Gombrich, Manfredi (1998, p.41) sublinham que:

Antes de tudo, existe a substituição da relação entre o trabalhador e as ferramentas pela relação entre o trabalhador e a máquina. Em outras palavras, na substituição do artesão pelo operador de máquina. Pode ocorrer que essas duas relações sejam simplesmente incomensuráveis, de

forma que falar de desqualificação neste caso pode confundir. A noção de desqualificação parece acarretar uma escala quantitativa unilinear de algum tipo, ao passo que as habilidades do artesão e as do operador de máquinas podem exigir diferentes escalas. Pode ser abstrato e arbitrário discutir se existe ou não mais habilidade envolvida em transformar o metal em objetos artesanais, batendo com o martelo, ou em operar certas máquinas de processamento de metal [...].

Já em relação ao século XX, Farias (2002) afirma que quando as pessoas falam a respeito de “Arte Moderna”, caracterizada pelo século, usualmente pensam num tipo de arte que rompeu com as tradições do passado e que tentava fazer coisas que nenhum artista sequer sonharia realizar nos tempos antigos. Contudo, sabe-se que a arte do século XX, não menos que as dos outros séculos, surgiu em respostas a alguns problemas, mas especificamente da questão “estilo”. O futuro em relação à arte pertenceu aos que decidiram começar tudo de novo e livrar-se da preocupação do estilo, fosse antigo ou moderno.

Finalizando esse breve percurso pela história, Gombrich (1999, p. 596-597) remete-se novamente à idéia de que:

Não existe realmente a que se possa dar o nome de arte. O que existe são artistas, isto é, homens e mulheres favorecidos pelo maravilhoso dom de equilibrar formas e cores até ficarem corretas [...] Acredita-se que artistas nascerão sempre. Mas, se haverá ou não arte vai depender também, em não pequeno grau, de nós mesmos, que somos o público. [...] nós é que temos de cuidar para que o fio da tradição não se rompa e prevaleçam oportunidades para o artista adicionar as suas pérolas ao precioso colar que é a nossa herança do passado.

Conforme se observou com o histórico, as artes representadas pelos artesãos, têm um papel fundamental na construção da história. Com a Revolução Industrial², o valor do trabalho artesanal ficou adormecido. Porém, através de iniciativas de órgãos interessados, os artesãos, bem como o seu trabalho surgem em um novo cenário não só representando interesses culturais, mas também econômicos, principalmente no setor turístico.

² Substituição do homem pela máquina.

2.2 HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS DE TRÊS LAGOAS-MS

2.2.1 Iniciativa local das organizações do Projeto Empreender

A comunidade de artesãos de Três Lagoas /MS surgiu por iniciativa de três organizações locais (Sebrae, Prefeitura Municipal e Associação Comercial e Industrial) no dia nove de novembro do ano de dois mil e dois. Para essa parceria deu-se o nome de “Projeto Empreender”, que tem como objetivo inicial promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo. Segundo a Acisap (2006), o projeto empreender inicialmente foi desenvolvido por três associações: Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, com o apoio do Governo Alemão, através da HWK - Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, a partir de 1991, foi embrião do Projeto Empreender. As primeiras associações participantes, com o suporte da HWK, criaram uma entidade, a Fundação Empreender, para desenvolver a metodologia e disseminá-la no Brasil e na América Latina. O resultado obtido por esta experiência inicial, levou a FACISC - Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e o SEBRAE/SC, com o apoio financeiro do SEBRAE/NA, a partir de 1997, implantar em outros municípios do Estado. A partir de 1999, o SEBRAE Nacional e a CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil iniciaram a implantação piloto do Projeto Empreender em mais sete Estados brasileiros. Ao final de 2001, o Projeto encontrava-se implantado em 210 Municípios, de oito Estados, beneficiando diretamente 12.183 micros e pequenas empresas, distribuídas em 901 Núcleos Setoriais. A partir de 2002, iniciou-se a expansão do Empreender para todas as 27 Unidades da Federação, com a meta de atingir mais 650 municípios e beneficiar outras 32.500 MPE - micro e pequenas empresas, em 3.250 novos Núcleos Setoriais.

A primeira reunião realizada no dia dezenove de novembro do ano de dois mil e dois tem como participantes uma artesã e os representantes do SEBRAE e da Associação Comercial. A princípio teve-se apenas a participação de uma artesã, mas ainda assim, a reunião foi realizada, sendo conduzida pela até então Consultora do SEBRAE Maria Luzia Lomba de Souza. Ela apresentou o projeto, mostrou a sua

aplicabilidade e importância para a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas. Foi apontado também que as reuniões se realizariam freqüentemente a fim de conhecer as deficiências e as maneiras de solucionar progressivamente seus problemas.

Com o objetivo de conhecer o trabalho da participante, a consultora pediu que a artesã falasse um pouco do seu trabalho e de suas expectativas quanto ao projeto. A participante falou de suas experiências com o artesanato e mencionou pessoas da área que poderiam estar na reunião juntamente com ela.

2.2.2 Identificação e mapeamento dos artesãos locais

Para a sensibilização de mais participantes, foram feitas divulgações na mídia local e, também, buscou-se o apoio da Prefeitura, que fez um levantamento dos nomes de artesãos que participavam das festas locais em que apresentavam seus trabalhos. Após a localização desses artesãos, uma nova reunião foi marcada.

A partir da segunda reunião, de um passou para vinte e dois o número de participantes, os quais eram desconhecidos entre si e, ainda, se consideravam rivais por trabalharem com artesanato. Foi possível perceber que todos estavam encantados com o projeto, embora ainda não conseguissem visualizar os caminhos e os meios para colocar aquelas propostas e trabalhos em prática, visto que a grande maioria não tinha disponível sequer a matéria-prima para confeccionar seus trabalhos.

2.2.3 Incentivo da feira de artesanato na revelação dos artistas locais

Após algumas reuniões, o grupo começou a se desenvolver. Dessa maneira, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, foi organizada pela Associação Comercial e pela Prefeitura Municipal a 1ª feira de artesanato em Três Lagoas (ver Figura 1).

Figura 1- 1ª Feira de Artesanato



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Feira de artesanato.2003.*Material iconocráfico.

Porém, já se sabia que se tratava de um grande desafio, pois muitos não tinham matéria-prima para fazer as peças, e ainda, o artesão era o responsável pela forma de apresentação dos trabalhos, que envolvia a colocação de mesas, de faixas, dentre outros. Entretanto, incentivados pelos condutores do projeto, aceitaram o desafio.

A feira foi realizada na Praça da Bandeira ao ar livre e, mesmo com todas as dificuldades de infra-estrutura, segundo o jornal do povo, foi um sucesso. Conforme os relatos em ata feito pelos artesãos, a comunidade recebeu muitos elogios dos visitantes, pois a maioria dos moradores de Três Lagoas ainda não conhecia os trabalhos dos artesãos e nem se quer sabia que existiam. Devido ao sucesso, foi estabelecido que os artesãos apresentassem seus trabalhos sempre no segundo sábado de cada mês.

Segundo Orjeda (2003), a comunidade de artesanato em Três Lagoas, neste momento, revelava vários artistas. Dentre eles, Orjeda (2003) destacou Pedro Henrique de Souza, um rapaz de 17 anos que teve seu talento descoberto por uma professora de Ensino Médio, que até então lecionava na escola em ele estudava. A partir disso, seus trabalhos começaram a ser reconhecidos entre os admiradores e críticos de arte da cidade e até do Estado.

Assim como os outros participantes do projeto Empreender, Pedro Henrique teve oportunidade de participar da 1ª feira local demonstrando seus trabalhos (ver figura a seguir).

Figura 2- Revelação nas Artes



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Feira de artesanato.2003.*Material iconográfico.

2.2.4 Avaliação dos resultados da feira

Segundo o relato da representante do projeto empreender, na reunião seguinte, que geralmente ocorria quinzenalmente, a motivação e o entusiasmo dos participantes eram visíveis. Os representantes do Projeto Empreender parabenizaram o sucesso dos artesãos e lembraram que esse era o começo de uma longa caminhada.

Nessa reunião, foi dada a oportunidade para que o próprio grupo levantasse os pontos positivos e negativos da feira. No que se referem aos pontos positivos, os artesãos foram unâimes ao falarem do reconhecimento da população para com os trabalhos e, também, ressaltaram o lucro que obtiveram vendendo seus produtos. Quanto aos pontos negativos, primeiro, foi levantada a questão da falta de infra-estrutura, pois ficaram expostos ao sol por mais de quatro horas; segundo, se

referiram ao não comparecimento de alguns artesãos que se comprometeram em participar da feira; terceiro, lembraram sobre a saída de alguns artesãos antes do encerramento da feira. Este último ponto trouxe muita discussão, conflitos, divergências de objetivos e desmotivação por parte de alguns do grupo.

2.2.5 Capacitação do grupo

Estas características perduraram por muitas reuniões e foram necessários muitos treinamentos e palestras voltadas a assuntos diversos com a finalidade de sanar os problemas que ameaçavam o sucesso do projeto. Dentre vários cursos ministrados, podem-se ressaltar os que trataram de temas, como liderança, desenvolvimento interpessoal, formação de preço, motivação, qualidade no atendimento, solidariedade e reciprocidade, participação, dentre outros. Sem dúvida, essa iniciativa foi fundamental para a conscientização e o aprimoramento técnico da comunidade (ver figura 3).

Figura 3- Curso de Desenvolvimento Interpessoal



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Curso de desenvolvimento interpessoal*. 2003. Material iconográfico.

2.2.6 Apoio conquistado dos empresários locais

As feiras locais continuaram e a partir do trabalho de todos os integrantes do projeto, os empresários locais doaram cinco barracas para a exposição de seus trabalhos, o que até então era uma das maiores dificuldades para o grupo. Pouco a pouco, as feiras foram ficando mais organizadas e com maior qualidade tanto no atendimento como no visual. Dentro de cada barraca caberia de três a quatro artesãos (ver figura 4).

Especificamente, nesse momento, os artesãos observaram que todos estavam acreditando em seus trabalhos. Diante disso, ainda, verificaram que era necessário melhorar primeiro a qualidade dos produtos oferecidos, padronizando-os. Isso se fez por meio de cursos específicos.

2.2.7 Ação de coordenação do grupo

Em uma das reuniões, foi realizada uma votação para o estabelecimento de uma comissão a fim de que o grupo ficasse mais organizado e aprendesse a trabalhar em equipe. Os cargos distribuídos foram o de tesoureiro, o de secretária e, também, foi estabelecida uma sub-coordenação, já que a coordenação geral cabia à consultora Maria Luzia Lomba de Souza. O mandato duraria seis meses podendo ser alterado conforme a atuação dos artesãos escolhidos (ver Figura 4).

Figura 4- Apresentação das Novas Barracas



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Apresentação das novas barracas.* 2003. Material iconográfico.

2.2.8 Inciativa do grupo: a montagem da loja em Três Lagoas/MS

Além de receberem a doação das barracas, os artesãos do projeto passaram a ter um espaço para vender suas peças. A iniciativa da montagem de uma loja foi de uma das integrantes do projeto chamada Ana Viturino, que doou o local para a venda dos produtos fabricados pelos artesãos.

A loja construída com lascas de madeira chamou a atenção de quem passava pela Av. Ranulpho Marques Leal. Dentro da loja foram reunidos trabalhos de artesãos de vários tipos, como cerâmicas, entalhadores, dentre outros. Entretanto, o ponto não era estratégico, visto que ficava na saída da cidade, por isso muitos moradores não tinham como se locomover até o local, mas esta era uma oportunidade para começar (conforme Figura a seguir).

Figura 5- Espaço dos Artesãos



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Espaço Ana Viturino*. 2003. Material iconográfico.

2.2.9 Promoção Regional do grupo com apoio das organizações

Como parte do aprimoramento proposto pelos representantes do projeto, o grupo começou a participar não só das feiras realizadas aos sábados, mas também começaram a ser convidados para expor suas peças em vários locais da cidade, como na Exposição Agropecuária de Três Lagoas, em que ganharam o espaço sem nenhum custo; na Feira da Faculdade AEMS, realizada pelo curso de turismo; na Feira Expo Mulher; na festa da Pousada do Tucunaré; na 18ª Festa do Folclore. Essas exposições possibilitaram participações em outras cidades da região ora vendendo os produtos ora visitando as feiras para adquirir conhecimentos novos. Dentre os eventos participados estão a Exposição Agropecuária de Andradina; a 1ª Feira do Artesanato em Brasilândia; a viagem para Campo Grande na Caravana MS Faz Tecnologia, a viagem de aprimoramento técnico para Naviraí (ver Figura a seguir).

Figura 6- Visita Técnica em Naviraí



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Visita técnica em Naviraí*. 2003. Material iconográfico.

Essas visitas contribuíram significativamente tanto para o aprendizado de novas técnicas como também para a troca de informações. Além disso, houve a participação em uma palestra ministrada pelo representante da comunidade da cidade visitada, em que se ressaltou o objetivo do trabalho realizado por eles. Nessa oportunidade, foram mostrados também os maquinários utilizados para a confecção dos trabalhos (ver Figura 7).

Figura 7- Equipamentos de Trabalho dos Artesãos em Naviraí



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Apresentação do projeto em Naviraí.* 2003. Material iconográfico

Outra participação regional importante aconteceu em Brasilândia/MS. Para isso, foram escolhidos alguns representantes dos artesãos para expor os trabalhos de todos, pois o grupo não dispunha de verba para custear os gastos de uma viagem para que todos participassem. Assim, os representantes escolhidos prestariam contas daquilo que havia sido enviado e do que retornaria.

Foram apresentados vários trabalhos, como os de jornais, de retalhos, de gesso, de madeira e de cerâmicas, que é o carro-chefe da comunidade de artesãos. Essa participação elevou e demonstrou a cultura de Três Lagoas, bem como o potencial dos artesãos, que receberam elogios de autoridades presentes (conforme figura a seguir).

Figura 8- 1ª Feira de Artesanato em Brasilândia



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Feira de artesanato em Brasilândia*. 2004. Material iconográfico.

2.2.10 Identidade e autonomia do grupo: criação da ATAR

Durante todo o período do projeto, que se encerrou em 2004, os agentes sempre enfatizaram que o sucesso só dependeria deles mesmos e que a confiança, a solidariedade e a participação desenvolvidas entre eles eram fundamentais nessa caminhada.

No mesmo ano, alguns desistiram, outros entraram e a comunidade de artesãos se fortaleceu tornando-se independente, uma vez que agora o projeto já não existia mais.

A comunidade de artesãos, desde o final de 2004, elegeu irmã³ Zélia Lopes da Silva como líder, pois desde o começo do projeto ela se fez presente e atuante. Assim, devido a sua determinação e comprometimento com a comunidade, foi escolhida como representante dos artesãos. A comunidade se tornou uma Associação que hoje é conhecida como ATAR (Associação Três Lagoense de

³ A palavra irmã está ligada a questões religiosas.

Artesãos), contando com 38 participantes que desenvolvem os mais variados tipos de trabalhos manuais, como pintura, retalhos, costuras, bordados, tecelagem, madeira, arte em jornal, meia de seda, mosaicos, crochês, entre outros.

Assim como no projeto Empreender, os artesãos participam de feiras, apresentações e palestras voltadas ao aperfeiçoamento das atividades desempenhadas por eles.

A teoria da identidade abordada no primeiro capítulo se confirma neste contexto. O sentimento de pertença estava presente na comunidade, pois a identidade é definida estava definida nas relações vividas no dia-a-dia, bem como nas percepções que essa comunidade tinha desse dia-a-dia em relações aos outros e deles mesmos.

2.2.11 Retomada da loja com o apoio da ATAR

Recentemente, foi inaugurada uma outra sede na avenida Ranulpho Marques Leal, já que a loja anterior foi fechada por falta de capital e da inexperiência de gerenciamento. Neste momento, o grupo também está mais amadurecido para manter esse empreendimento. Diferente da situação anterior, a ATAR arca com as despesas de aluguel e da manutenção do estabelecimento. Sem dúvida, isso é um desafio, pois o sucesso depende, exclusivamente, dos associados conforme explicou a presidente da ATAR, Irmã Zélia (ver figura 9)

Figura 9 - Inauguração da Nova Sede



Foto de: MASSUNARI, Laura. *Associação Três-Lagoense de artesãos inaugura sede para comercializar trabalhos.* **Jornal do povo**, Três Lagoas, 10 jun.2006, p.16.

Cabe salientar que para haver uma total integração entre os agentes de desenvolvimento e a comunidade, é imperativo que todos os envolvidos estejam orientados para o mesmo objetivo, buscando as mudanças dos processos de baixo para cima e não ao contrário. Porém, deve-se ressaltar que as ações dos agentes (governo, instituições e organizações) são importantes para tornar possível a conservação das idéias e das atividades no nível local.

2.3 A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS

A comunidade em tela está situada na Cidade de Três Lagoas, que recebe este nome em razão da existência real de três lagoas dentro do perímetro urbano. Três Lagoas está localizada na região leste do estado de Mato Grosso do Sul, na divisa com o extremo noroeste do estado de São Paulo, às margens do Rio Paraná. Segundo a estimativa do IBGE, em 2005, sua população era de 85.886 habitantes. Por rodovia, Três Lagoas está a 337 Km de Campo Grande, capital do estado, e tem como municípios limítrofes Água Clara, Brasilândia, Inocência e Selvíria (ver Mapa 1).

Na década de 60, Três Lagoas recebeu novo impulso de progresso, com a construção das Barragens de Jupia e de Ilha Solteira (formando o Complexo Hidrelétrico de Urubupungá), no rio Paraná.

Os primeiros desbravadores da região foram os mineiros e os paulistas, das famílias Garcia e Lopes. A gênese do Município ocorreu em 1829, quando esses desbravadores, chefiados por Joaquim Francisco Lopes e enviados por João da Silva Machado, Barão de Antonieta atingem as imediações do Rio Paraná. Em 1830, chega à região a bandeira de Januário Garcia Leal e de outros sertanistas, que objetivavam conquistar terras para a expansão de fazendas de gado, vindo do Vale do Rio São Francisco. Os desbravadores buscavam melhores condições de pastagens na região de Goiás e Mato Grosso. Nessa mesma época, José Garcia Leal, acompanhado de 13 irmãos e suas respectivas famílias, empregados e escravos, fugindo das perseguições políticas, atravessaram o Rio Paranaíba, funda o Arraial de Sete Fogos. Esta vila teve um desenvolvimento rápido e seus fundadores estenderam seus domínios até as terras que margeiam os rios Sucuriú, Verde e Pardo, área que mais tarde veio a constituir o Município de Três Lagoas-MS.

No decorrer do ano de 1885, instalaram-se na região novos pioneiros, distinguindo-se Protázio Garcia Leal, filho de Francisco Garcia Leal e neto de Januário, adquirindo posse na região de Piaba, às margens do Rio Verde; Necésio Ferreira de Melo fundou uma propriedade agropastoril, a qual denominou Piaba, em terras banhadas pelo Ribeirão Campo Triste. Já, Antônio Ferreira Bueno se instalou em Serrinha, hoje Garcias e Antônio Paulino se fixou às margens do Campo Triste.

Em 1911, chegam à região os trilhos da NOB, que representavam a mais importante frente pioneira para o Oeste. Com a construção da primeira estação ferroviária, surgem os primeiros traçados urbanos, planejado pelo engenheiro Oscar Guimarães e demarcados no sítio urbano pelo agrimensor Justino Rangel de França, funcionário da Construtora Machado de Melo & Cia. As primeiras construções foram erguidas nas proximidades da estação da NOB. João Carrato construiu o primeiro hotel de Três Lagoas – o Hotel dos Viajantes. Caldeiras, Queiroz e Fenelon, vindos de Uberaba, instalaram um grande armazém, o Bernadino & Cia.

Cumprindo ainda lembrar que, no princípio deste século, Antônio Trajano dos Santos, fixou residência à margem esquerda do Ribeirão Palmito. O local passou a

denominar-se Coletoria, por ser instalado ali um posto fiscal do Estado, para controle sobre os impostos da pecuária. Suas terras, já devidamente legalizadas, foram cortadas em diagonal pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) deixando uma área em forma de triângulo a sua margem esquerda. Antônio Trajano dos Santos doa, então, essas terras ao povoado nascente. Foram cerca de 40 alqueires, onde construíram uma praça e também uma capela em homenagem a Santo Antônio, eleito o padroeiro do povoado. A área restante, cerca de 3.600 ha, foi doada pelo Estado, no Governo de Celestino da Costa, sendo demarcada em 1921 pelo engenheiro Sampaio Jorge e loteada como área suburbana (ver Figura 10).

Figura 10- Vista Aérea de Três Lagoas



Fonte: [www. 2 uniderp.br/Atlas/tlagoas.htm](http://www.2uniderp.br/Atlas/tlagoas.htm), acessado em: 08/072006 às 20:30h

Dentre os pontos turísticos de Três Lagoas pode-se destacar:

- Ponte Francisco Sá
- Relógio Central:

- Igreja de Santo Antônio;

A ponte São Francisco Sá, sobre o Rio Paraná, demorou 15 anos para começar a ser construída, sendo inaugurada no ano de 1926 pela antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Essa ponte mede 1024 metros de comprimento e liga os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. O nome da ponte foi dado em homenagem ao grande estadista da república, Francisco de Sá. Naquela época, caracterizada pela abertura de ferrovias, representou elemento exponencial o traçado da estrutura de ferro, graças ao arrojo e verdadeira beleza da obra de arte (conforme Figura 11)

Figura 11- Ponte São Francisco Sá



Fonte: [www. 2 uniderp.Br/Atlas/tlagoas.htm](http://www.2uniderp.Br/Atlas/tlagoas.htm), acessado em: 08/07/2006 às 20:35

O relógio central, construído em 1936 pela Prefeitura, é chamado de "o senhor do tempo". Localizado no centro da cidade, tem uma altura de 10 metros, sendo considerado um monumento público em 1982. O relógio central representa para Três Lagoas o que o "Big Ben" representa para Londres (conforme Figura a seguir).

Figura 12- Relógio Central



Fonte: [www. 2 uniderp.br/Atlas/tlagoas.htm](http://www.2uniderp.br/Atlas/tlagoas.htm), acessado em: 08/07/2006 às 20:42

A igreja de Santo Antônio, erigida à igreja em honra do santo padroeiro da cidade de Três Lagoas, foi construída pela Colônia Portuguesa no ano de 1914 e declarada monumento público de Três Lagoas em 1931. Em 1939, a Igreja é reformada, respeitando, porém, suas linhas arquitetônicas (ver Figura 13)

Figura 13- Igreja de Santo Antônio



Fonte: www.2uniderp.br/Atlas/tlagoas.htm, acessado em: 08/07/2006 às 20:57

2.3.1 Localização dos pontos de venda dos produtos

Com relação à localização dos pontos de venda dos produtos confeccionados pela comunidade de artesãos, estas se instalam em vários pontos da cidade. Os principais estão na Avenida Antônio Trajano e na Ranulpho Marques Leal, recentemente inaugurada pela Associação Três Lagoense de Artesãos. O local foi cedido à Associação para a comercialização e exposição dos produtos de cerâmica, os quais são o carro-chefe da ATAR, uma vez que apresenta uma grande aceitação do consumidor local e dos visitantes de outras cidades (ver Mapa 2).

Mapa 2- Localização dos Pontos de Vendas dos Trabalhos dos Artesãos



Fonte: www.mapasterra.com.br/callejero/resultado_callejero_br.asp, acessado em 11/05/2006 às 21:55 h

Segundo Massunari (2006), o artesanato na cidade de Três Lagoas desenvolve um papel relevante na sociedade local, já que, além da expressão artística e cultural, gera trabalho e renda para uma parte da população, fazendo-se um meio de vida para uns e um equilíbrio no orçamento familiar para outros. Nesse contexto, as peças artesanais, uma das dignas representantes da cultura local, cada vez mais se destacam, tornando-se verdadeiros ícones da cidade e até mesmo do Estado.

A territorialidade é uma característica evidenciada neste capítulo por meio do comportamento espaço-territorial definido pela comunidade. Através dos relatos obtidos em atas, obsevou-se que as relações entre os indivíduos dessa comunidade e o seu meio de referência representado pela loja e as feiras, manifestaram-se na escala geográfica de uma dada localidade afetando o comportamento desse grupo nos níveis de suas atividades sociais.

Conforme lembra Cara (1994), o sentimento de pertença, de identidade, de tomada de consciência e de ação, define a territorialidade.

Outra questão importante levantada neste capítulo, foi o comprometimento dos agentes de desenvolvimento. O acompanhamento realizado

pelos agentes foi muito importante para que a comunidade pudesse sentir o respaldo e orientação necessários para a facilitação e desempenho.

As articulações entre governo, empresas e comunidade local vem se destacando nas discussões e metodologias recentes nas estratégias de desenvolvimento local. É nesse novo contexto que o desenvolvimento local reaparece no centro das estratégias dos estados nacionais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e, sobretudo, nos interesses dos atores políticos e dos grupos econômicos nos processos atuais de regionalização da economia mundial.

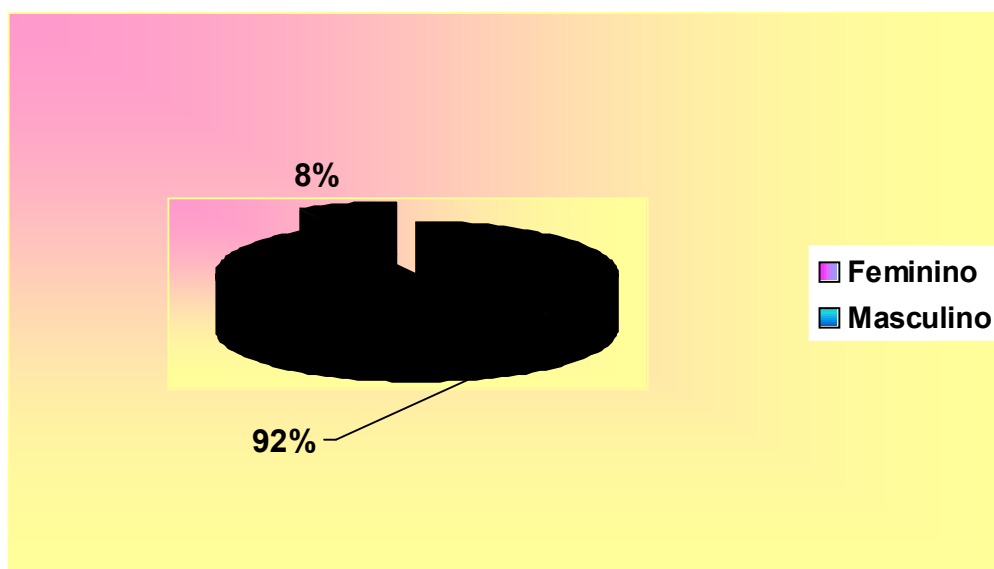
Neste capítulo, mostrou-se que a articulação entre os atores foi positiva na sensibilização e solidificação da comunidade de artesãos. Porém, faz necessário ainda, analisar a percepção que a comunidade tem em relação a esses agentes e esse fato será evidenciado através da pesquisa no capítulo a seguir.

3- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa foi realizada no dia 17 de outubro de 2006 na sede da comunidade de artesãos na cidade de Três Lagoas -MS. Conforme foi explicado no segundo capítulo, a comunidade iniciou-se com uma integrante e ao longo desses anos o número de participantes aumentou. Até no dia da pesquisa constava em ata trinta e três participantes. No entanto, a amostra da pesquisa foi com vinte e cinco artesãos.

O processo da pesquisa caracterizou-se pela interação dos seguintes elementos: questão básica da pesquisa, o qual motivou a investigação; os fenômenos que estão sendo observados; os sistemas conceituais que foram utilizados para interpretar os fenômenos, dos quais faz parte a teoria; e por fim, os métodos utilizados para coletar, registrar e transformar os dados. Objetivando possuírem dados que facilitassem a interpretação, a coleta de dados foi estruturada sob a forma de questionário com questões fechadas, abertas e mistas. Na análise foram utilizados os métodos de porcentagem e números absolutos na apresentação dos resultados obtidos nos questionamentos, possibilitando aos entrevistados assinalarem mais de uma alternativa em algumas questões. Encontram-se em anexo para um melhor entendimento da análise: fotos e cópia de atas de reuniões dos artesãos.

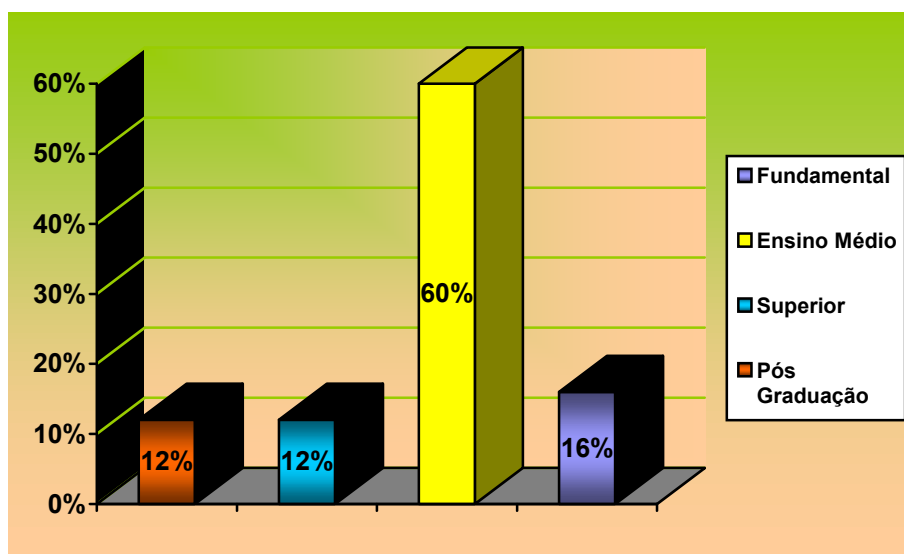
Gráfico 01- Perfil do Artesão quanto ao sexo



O gráfico 1 mostra que 92% (23 artesãs) da comunidade são mulheres e apenas 8% (2 artesãos) são homens. Verifica-se, através dessas informações, que a sociedade ainda considera o artesanato como uma atividade feminina. Assim, na atualidade, tem-se o tabu quanto à participação masculina nas atividades manuais, diferente de tempos que antecederam a Revolução Industrial quando eram os homens que dominavam este ofício.

Portanto, o artesanato é para todos aqueles que, por sua criatividade, originalidade, graciosidade e perícia, produzem peças que inspiram profundo sentimento de admiração naqueles que as observam.

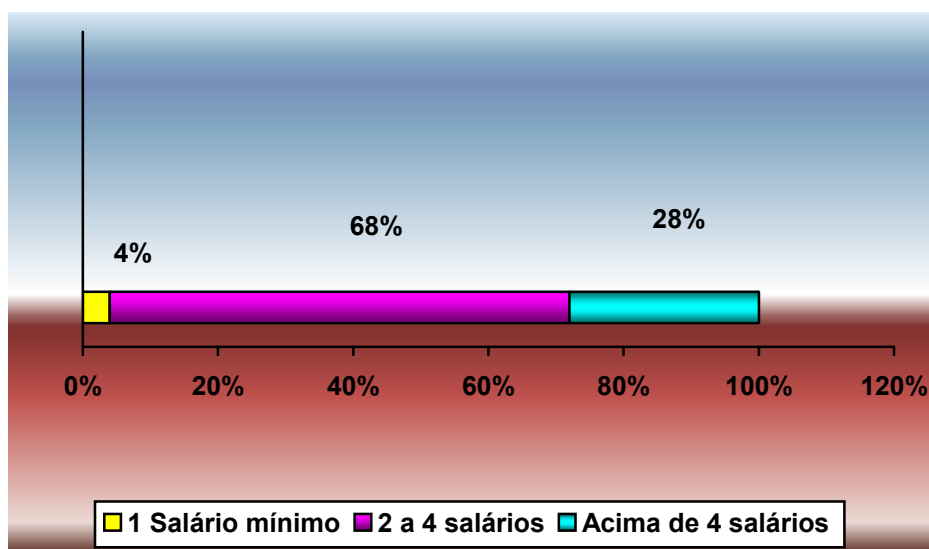
Gráfico 02- Perfil do Artesão quanto a sua escolaridade



Os dados coletados no gráfico 2 evidenciam que 16% (4 artesãos) possuem o ensino fundamental; 60% (15 artesãos) o ensino médio; 12% (3 artesãos) ensino superior e 12% (3 artesãos) possuem pós-graduação.

Observa-se que a base educacional da comunidade está equilibrada, em que, segundo elas, várias artesãs são professoras aposentadas. Isso mostra que, ao contrário do que se pensa, nem todas as comunidades de artesãos são formadas por pessoas carentes e analfabetas. A educação escolar (primário, secundário e superior) constitui a base para diferentes patamares de qualificação. Nessa concepção, portanto, o grau de escolaridade formal constitui um dos principais ingredientes do processo de consolidação da comunidade.

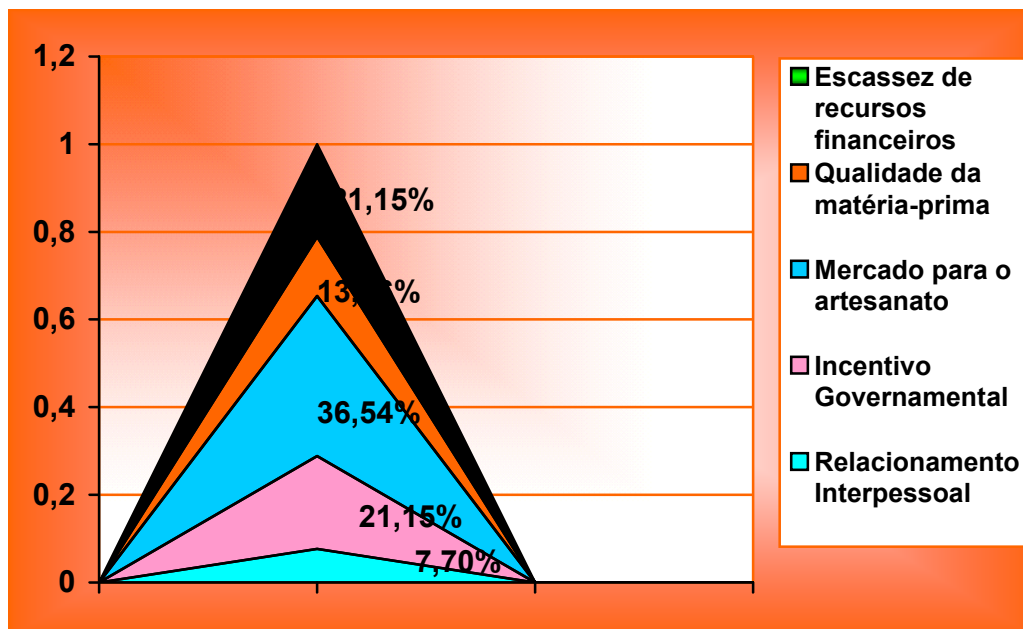
Manfredi e Bastos (1997) salientam que a sociedade que queremos construir antecipa-se na escola como possibilidade desejável e realizável através de iniciativas de solidariedade, participação e de exercício de governo compartilhado.

Gráfico 03- Perfil do Artesão quanto sua renda mensal familiar

Pela demonstração do gráfico 3, quanto à renda familiar, sem contar a renda com o artesanato, observar-se que 4% (1 artesão) tem renda de um salário mínimo, 68% (17 artesãos) possui renda de 2 a 4 salários e 28% (7 artesãos) tem renda acima de 4 salários mínimos.

É importante enfatizar que, embora a questão remeta-se à renda familiar, nem todos os integrantes da comunidade são casados ou têm a necessidade de contribuir com a renda familiar, o que justifica a porcentagem de 1 salário mínimo. Em relação à porcentagem de 68% e 28%, entende-se que esses valores se explicam pela suas correlações com o grau de escolaridade, já que uma grande parcela desses artesãos são professores (as) aposentados (as).

Gráfico 04- Principais dificuldades enfrentadas na atividade artesanal em Três Lagoas/ MS



Nesta questão os pesquisados tiveram a oportunidade de selecionar mais de uma opção. O gráfico 04 aponta que as principais dificuldades enfrentadas pela atividade artesanal são a escassez de recursos financeiros com 21,15%, (11 artesãos), a qualidade da matéria-prima com 13,46% (07 artesãos), o mercado para o artesanato apresentando 36,54 % (19 artesãos). Outra dificuldade atribuída diz respeito à falta de incentivo governamental apresentando 21,15% (11 artesãos) e apenas 7,70% (04 artesãos) caracterizam a falta de relacionamento interpessoal como uma das principais dificuldades.

Os índices mostram que a falta de mercado para a comercialização dos produtos é o maior obstáculo declarado pelos entrevistados. É importante destacar que o município de Três Lagoas/MS ainda não se caracteriza como uma cidade turística e a sociedade local ainda não valoriza e nem é estimulada a adquirir produtos confeccionados pelos artesãos.

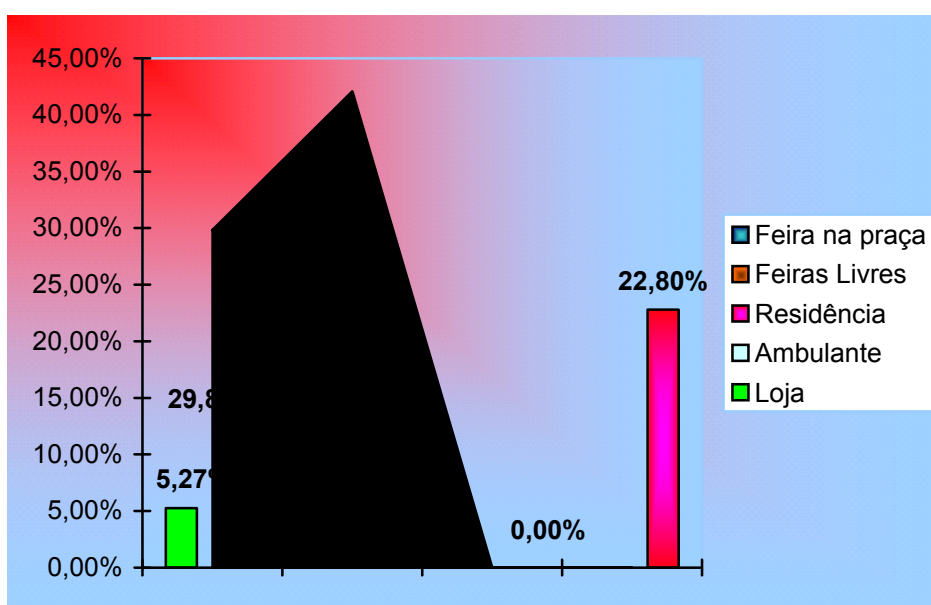
Baseando-se nas colocações de Martins (1973), percebe-se que o regime de trabalho manual necessita de um estímulo vigoroso e pertinaz para se desenvolver, sendo que isto só se conseguirá mediante uma ação da comunidade, da sociedade local e do governo municipal. Não convém que essa ajuda se faça de maneira ostensiva, mas cautelosa. Desse modo, qualquer plano de proteção ao

artesanato deve preceder-se de estudos bem dirigidos e deve ser elaborado com a convicção plena dos bons resultados que serão obtidos e segundo os objetivos a que se tem em vista alcançar. Primeiro toma-se consciência do problema artesanal; em seguida, assume-se a posição mais adequada à realidade. A proteção ao artesanato se esquematiza de modo que produza efeitos a curto prazo e longo prazo. O plano de proteção a longo prazo abrange a pesquisa, o ensino técnico-artesanal e a expansão turística.

A atividade artesanal está ligada aos recursos naturais do estilo de vida e do grau de comércio com comunidades vizinhas, sendo o artesanato uma manifestação da vida comunitária. Sobretudo, a comunidade deve ser orientada no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou religiosa, pois como foi verificada no gráfico, a escassez de recursos financeiros também se caracteriza como um fator relevante, portanto, é preciso pesquisar quais os produtos que realmente compensam ser produzidos.

Por fim, salienta-se que nesta questão o relacionamento interpessoal apresentou apenas 7,70% pelo fato de que essa comunidade, desde a sua fundação, faz treinamentos contínuos proporcionados pelo SEBRAE.

Gráfico 05- Local de comercialização dos artesanatos confeccionados



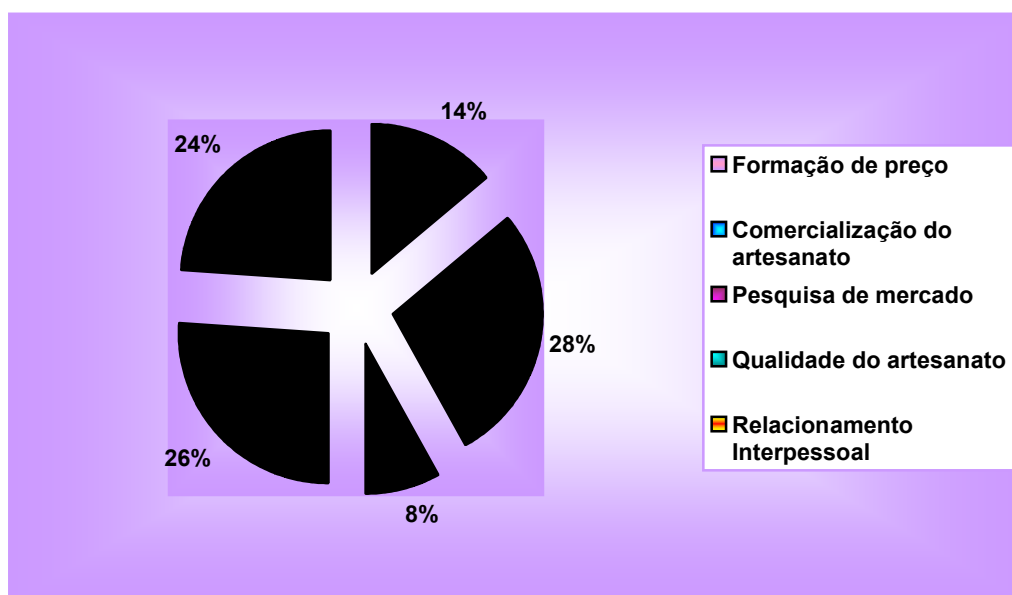
Esta representação gráfica revela mais de uma alternativa de comercialização. No gráfico, 42,10% (24 artesãos) responderam que os produtos são comercializados em feiras realizadas na Praça; 29,83% (17 artesãos) em feiras livres; 22,80% (13 artesãos) nas residências; 5,27% (03 artesãos) na loja da Associação e as vendas ambulantes não houve porcentagem.

A conclusão que se tem por essa análise é que as feiras realizadas na praça exercem um papel fundamental na venda dos produtos. Essa feira existe desde a fundação do projeto empreender, em que a Prefeitura cedeu um espaço na praça local para que os artesãos pudessem divulgar seus trabalhos sempre na segunda quinzena de cada mês. Essa parceria com a Prefeitura municipal foi de grande valia para que a comunidade se tornasse conhecida.

Ao examinar os dados, observa-se também que a comercialização nas residências representa um valor significativo nas vendas. Embora, nem todos os artesãos utilizem este mecanismo de venda, percebe-se que se trata de uma ferramenta significativa. Os artesãos que assim o fazem têm sua clientela fixa, o que sugere uma segurança na sua rentabilidade. Esses mesmos clientes indicam os produtos para amigos e familiares aumentando o potencial de venda desses artesãos.

Já a comercialização na loja, conforme aponta o gráfico, não representa um número tão expressivo. Nesta análise em particular, vale ressaltar que o local destinado para a venda foi inaugurado recentemente. A porcentagem obtida é resultado da localização da loja, uma vez que esta não se localiza em um ponto estratégico, o que torna a comercialização dos produtos mais lenta. Outro fato é que esse local foi destinado apenas para o grupo de cerâmica, o que talvez justifique a porcentagem menor.

Gráfico 06- Conhecimentos básicos dos artesões na atividade artesanal



Nesta questão foram assinaladas mais de uma resposta. Os dados mostram que 14% (07 artesãos) da comunidade possuem conhecimento sobre a formação de preço; 28% (14 artesãos) conhecem as formas de comercialização do artesanato; 8% (04 artesãos) adquiriram conhecimentos básicos sobre pesquisa de mercado; 26% (13 artesãos) fizeram cursos sobre qualidade dos produtos e 24% (12 artesãos) têm conhecimento sobre o que é relacionamento interpessoal.

Percebe-se, através desta análise, que a comunidade de artesanato foi preparada ao longo desses anos para o mercado.

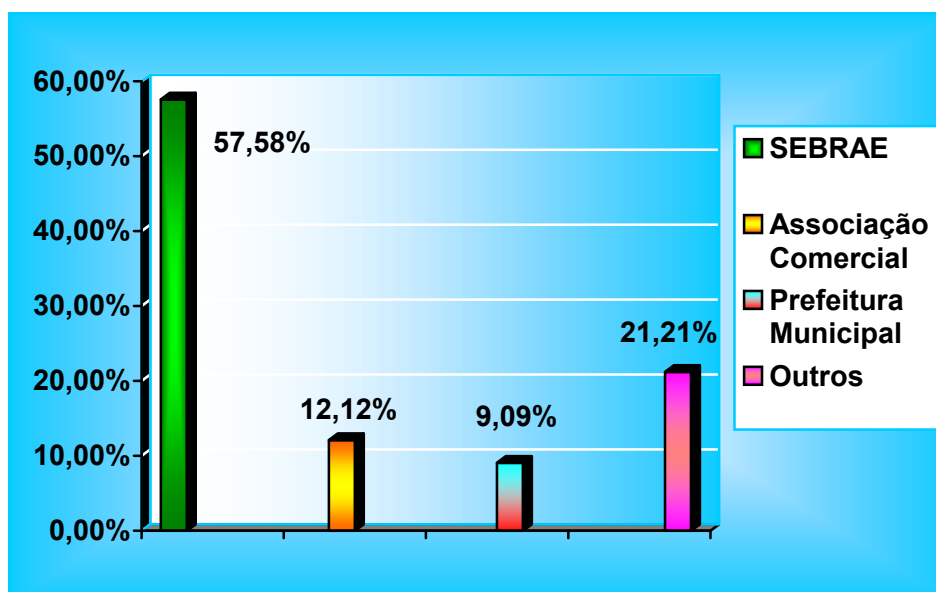
Conforme salienta Harbison (1974), as transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, entusiasmados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional). A expressão "formação de capital humano", empregada por Harbison (1974), significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, esta dimensão, aliada às possibilidades de troca e de comunicação inerentes ao ato de trabalho como prática social, faz com que os

trabalhadores, como sujeitos no e do trabalho, tenham virtualmente a possibilidade de se apropriarem crítica e construtivamente do conteúdo e do contexto de realização do próprio trabalho.

Conforme explica Manfredi (1998), os trabalhadores como sujeitos coletivos, estariam também se construindo e se qualificando, apesar das condições alienantes e alienadoras do trabalho sob a égide e o controle do capital. Sobretudo, a preparação técnica é considerada importante, mas é entendida como uma dentre as várias dimensões a serem valoradas no processo educativo. É importante destacar que a técnica não é instância separada da cultura de uma sociedade.

Gráfico 07- Instituições ou órgãos governamentais que disponibilizaram os treinamentos/conhecimento



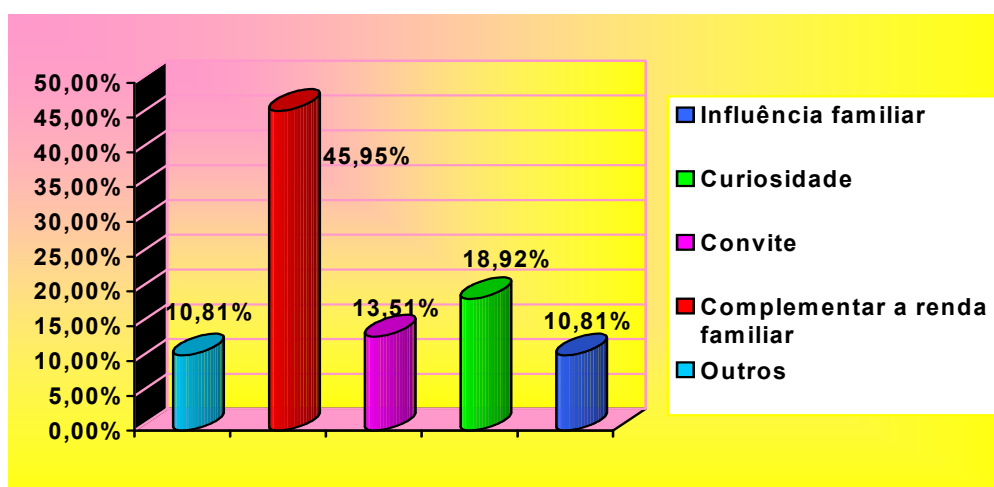
As informações extraídas no gráfico 07 evidenciam que 57,58% (19 artesãos) adquiriram esses conhecimentos através do SEBRAE; 12,12% (4 artesãos) foram treinados pela Associação Comercial e Industrial; 9,09% (3 artesãos) através da participação em cursos oferecidos pela Prefeitura municipal e 21,21% (07 artesãos) através de outras fontes. Cabe salientar que esta questão foi aberta tendo mais de uma resposta. Sobre esse último dado, as fontes de

conhecimentos mais citadas referem-se a pesquisas realizadas em revistas especializadas, em jornais, com os colegas da própria comunidade e cursos promovidos por escolas técnicas.

Ainda é possível observar por meio desses dados a importância da participação dos agentes na construção desses conhecimentos, seja pelo setor público ou privado. Dessa forma, qualquer tipo de organização ao atuar enquanto agente social de mudanças pode ajudar a desenvolver a sinergia necessária para a busca da realização do potencial existente nos indivíduos da comunidade.

Como assinalam Mandredi e Bastos (1997), é no âmbito da construção da cidadania que o conjunto das organizações de trabalhadores tem centrado suas atenções, seja formulando propostas alternativas, a exemplo dos Centros Públicos de Formação Profissional, seja tentando influir na formulação e na gestão das políticas públicas de educação. A entrada desses novos atores na cena dos debates e da construção de políticas públicas de formação profissional acabará por romper alguns monopólios tradicionalmente detidos por especialistas em educação e por representantes de empresários. Assim como, tenderá a alargar as fronteiras e os limites estreitos em que vêm sendo concebidos e desenvolvidos nas políticas públicas de educação básica e de educação profissional no Brasil.

Gráfico 08 - Como se deu a opção de confeccionar artesanatos



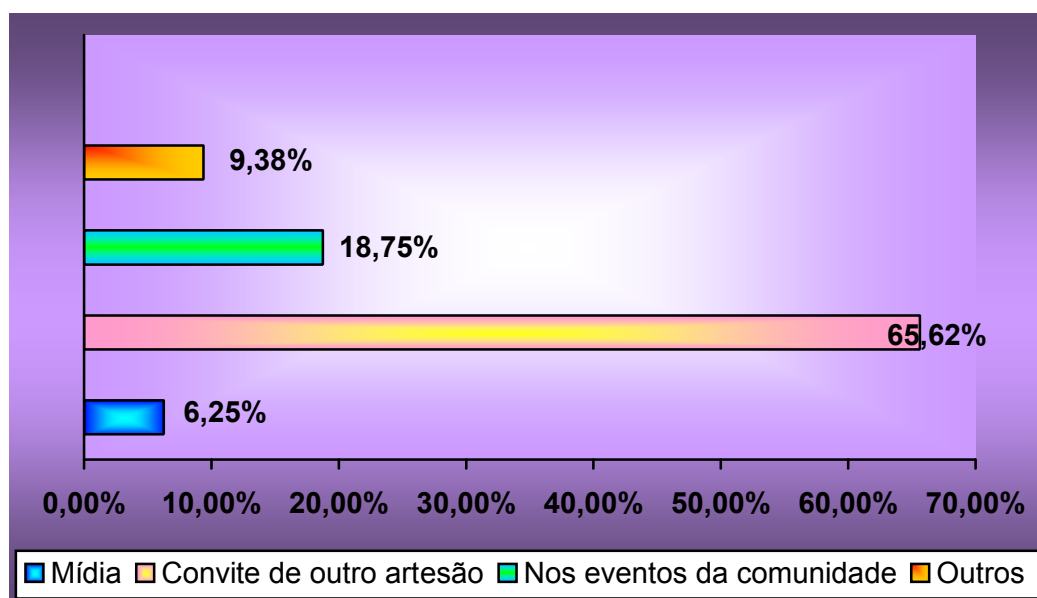
Como se observa, a partir do gráfico 08, a questão possibilitou aos entrevistados responderem mais de uma alternativa. Optaram pelo artesanato por

influência familiar 10,81% (04 artesãos); ingressaram na atividade por curiosidade 18,92% (07 artesãos); receberam convite de outros artesãos 13,51% (05 artesãos); já a opção de confeccionar artesanato para complementar a renda familiar representa quase a metade das respostas contribuindo com 45,95% (17 artesãos) e atribuíram outros fatores para o ingresso na atividade 10,81% (04 artesãos). Na opção outros, a terapia foi o item mais destacado.

Com relação ao valor de 45,95% para a complementação de renda, observa-se que os artesãos possuem outras rendas, portanto, a atividade artesanal se torna uma atividade secundária.

Outro fator de importância a ser destacado diz respeito à questão da influência familiar. O ofício de artesão dá possibilidade às gerações mais novas de receberem das mais velhas as técnicas e demais experiências acumuladas, porém cada um acentua às peças o seu cunho e originalidade pessoal.

Gráfico 09- Como tomou conhecimento da comunidade de artesãos no Município de Três Lagoas/MS



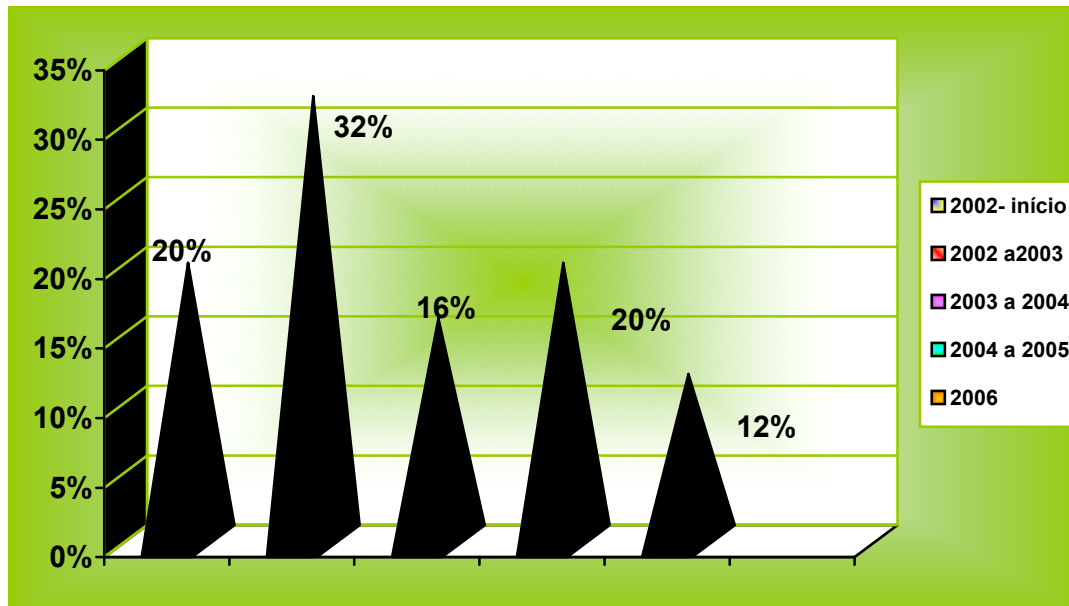
Neste gráfico os artesãos responderam mais de uma alternativa. A pergunta revela que 6,25% (02 artesãos) tomaram conhecimento da comunidade através da mídia; 65,62% (21 artesãos) por meio de convites de outros artesãos;

18,75% (06 artesãos) a partir de eventos realizados pela comunidade e 9,38% (03 artesãos) pelos agentes do projeto.

Como esclarecido no capítulo 2, a falta de participantes na primeira reunião deu origem a várias estratégias para que os artesãos locais se interessassem pela comunidade. Uma delas foi à veiculação do projeto na mídia com o objetivo de convidar pessoas que tinham conhecimento sobre a atividade. Outra maneira foi à divulgação boca a boca feita pelos envolvidos a fim de propagar o projeto à comunidade. Vale destacar que dentre os métodos este foi o mais eficaz.

Quando a comunidade já estava estabelecida, foram realizadas feiras de apresentações dos trabalhos onde os artesãos locais, que até então não conheciam o projeto, se interessaram e juntaram-se à comunidade. E, por fim, alguns apontaram que tomaram conhecimento pelos agentes que representavam o projeto.

Gráfico 10- Tempo de participação na comunidade de artesãos

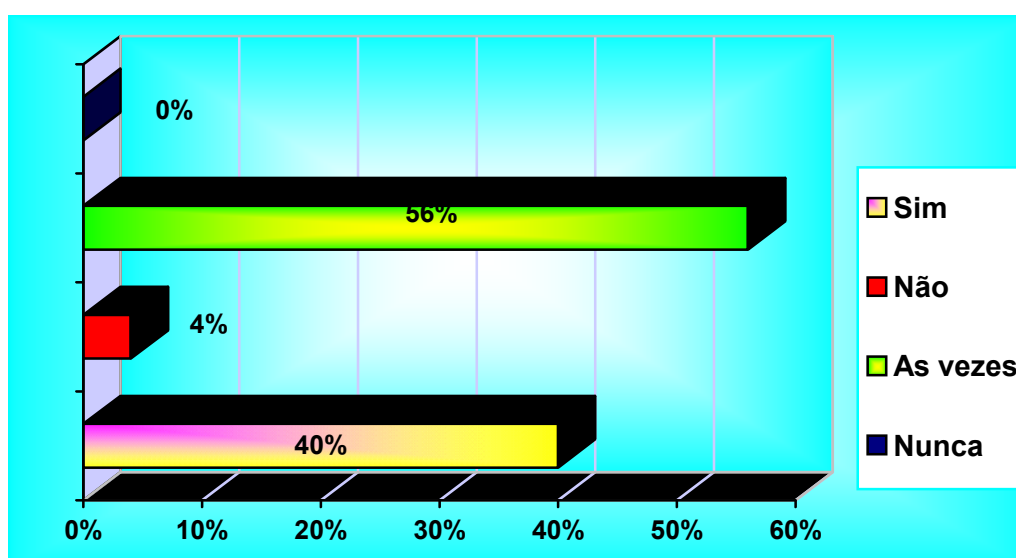


Nota-se no gráfico 10 que 12% (03 artesãos) fazem parte da comunidade desde seu início em 2002; 20% (05 artesãos) ingressam entre 2002 e 2003; 16% (04 artesãos) em 2003 e 2004; 32% (08 artesãos) iniciaram suas atividades na comunidade no período de 2004 a 2005 e 20% (05 artesãos) ingressam em 2006.

A pesquisa detectou que em todos esses anos tem havido um aumento considerável na integração de novos participantes à comunidade de artesãos, o que justifica a importância desta dissertação. Isso se deve ao fato de que o progresso dos trabalhos e o reconhecimento do grupo cada vez mais têm aumentado. Porém, verifica-se que, no período de 2003 a 2004, houve um declínio no percentual. Segundo os dados obtidos através das documentações transpostas em ata, foi neste período que a comunidade se desvincilhou do projeto Empreender e começou a caminhar por eles próprios. Nesse momento, eles precisaram colocar em prática todos os ensinamentos que os agentes passaram, principalmente, sobre motivação pessoal, pois dependeria de cada um a continuidade do trabalho. Esse processo os levou a desenvolver a solidariedade, o sentimento de pertença e a identidade coletiva.

Com isso, em 2004 e 2005, a comunidade se reafirmou e obteve um aumento no percentual de integrantes perdurando em 2006, conforme mostra a pesquisa.

Gráfico 11- Interação e cooperação entre os artesãos



A partir desse gráfico, observa-se que 40% (10 artesãos) responderam que a comunidade coopera e interage entre si; 4% (01 artesão) responderam que

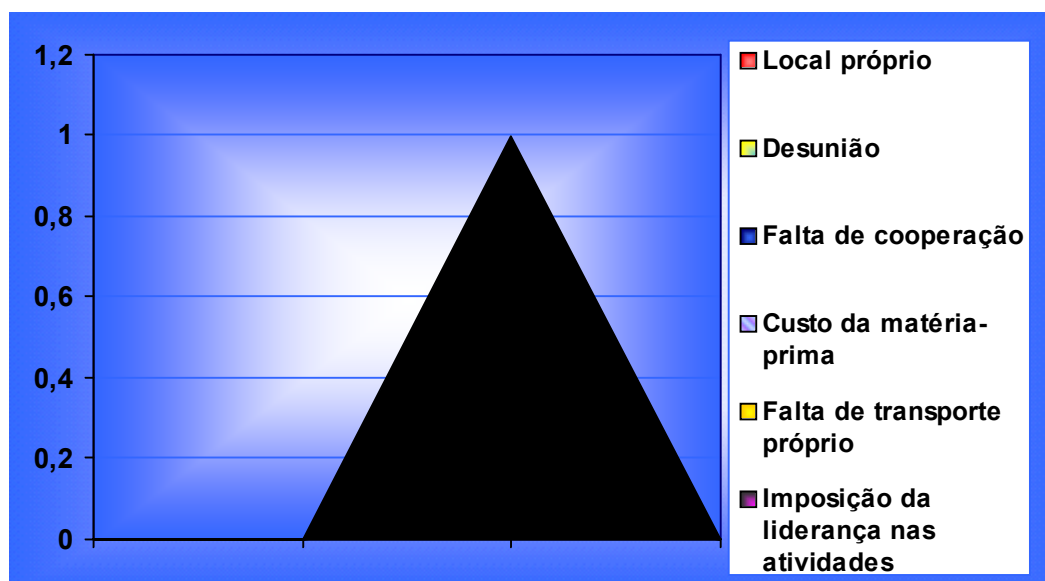
não; 56% (14 artesãos), ou seja, mais da metade responderam que às vezes há interação e cooperação entre a comunidade.

Nesse gráfico, evidencia-se que a participação dos integrantes não é totalmente efetiva. Segundo os relatos, os objetivos individuais ainda prevalecem sobre os grupais. A cooperação dos integrantes oscila conforme o benefício que terá com aquela ação. Em dias de apresentações em feiras, esse fator se sobressai ainda mais; uma vez que todos querem o lucro. Porém, são poucos que contribuem para a realização das atividades. Segundo eles, este é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade.

Conforme assinala Fritzen (1980), as relações entre as pessoas continuam sendo motivos de grandes conflitos e muitas dificuldades. As diferenças de valores, experiências, percepções e opiniões são diversas e essas diferenças estão vivamente presentes na comunidade e em suas interações pessoais, influenciando cada ação, pensamento e decisão.

Por fim, pode-se dizer que a cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos, como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. Tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva.

Gráfico 12- Problemas mais freqüentes enfrentados pela comunidade de artesãos



Essa questão foi aberta possibilitando ao entrevistado expressar com liberdade sua opinião. Porém, utilizou-se o gráfico para melhor visualização dos resultados. Verifica-se, a partir do gráfico 12, que 52% (13 artesãos) consideraram a falta de um local próprio para a comercialização do produto o maior problema; 24% (06 artesãos) atribuem às dificuldades encontradas à desunião; 8% (02 artesãos) à falta de cooperação; 8% (02 artesãos) ao custo da matéria-prima; 4% (01 artesão) à falta de transporte próprio, e 4% (01 artesão) identificaram o problema da imposição da liderança sobre as atividades.

Esse gráfico pode ser considerado um complemento e uma reafirmação aos resultados apontados pelo gráfico 4, pois a questão dos recursos financeiros é uma dificuldade latente. Nesta questão esse fator está ligado à matéria-prima. Sabe-se que para a confecção de alguns produtos, como a cerâmica, por exemplo, em sua maioria são tirados dos recursos naturais existentes no local, porém, outros necessitam serem comprados em lojas especializadas, daí a justificativa com relação aos recursos financeiros.

A porcentagem de 52% atribuída para o local próprio, ressalta os números mostrados no gráfico 4, com relação ao mercado para o artesanato, que foi de 36,54%. Percebe-se que é imprescindível para a comunidade um local para a

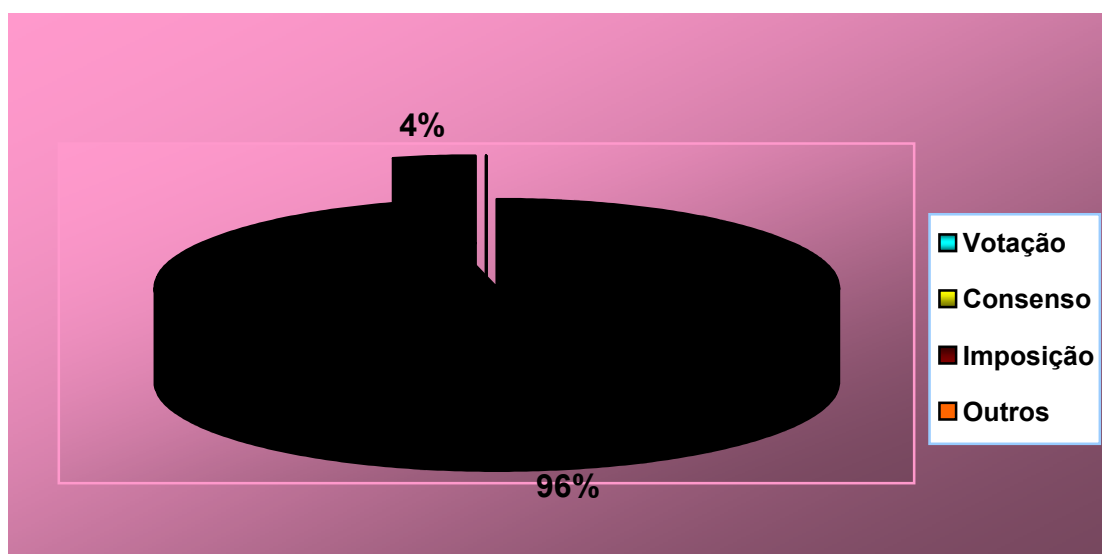
comercialização do produto, pois as feiras livres não são suficientes para demonstrar os trabalhos nem para vendê-los.

Outra dificuldade indicada diz respeito à locomoção dos trabalhos, conforme assinalou a pesquisa. Assim, remete-se, novamente, à questão dos recursos financeiros, haja vista que a comunidade não possui capital para alugar ou comprar um ponto de venda e um meio de transporte para comercializarem seus produtos.

Com relação aos itens desunião, falta de cooperação e imposição da liderança, volta-se às afirmativas dos gráficos 4 e 11 sobre o relacionamento interpessoal. Percebe-se que, sobre esse assunto, a comunidade não tem um posicionamento correto acerca do significado e do sentido da relação entre os integrantes do grupo. Na teoria, nota-se que o grupo entende seus significados, porém no seu cotidiano esses significados se esvaem.

Reforçando essa colocação, Boog (1999) diz que o trabalho em grupo é um desafio para uma comunidade. Dessa forma, formar um grupo integrado, motivado, cooperativo e confiante depende de sua coesão em torno de um objetivo comum e do desenvolvimento de competências.

Gráfico 13- Como se deu o processo de escolha da liderança no grupo

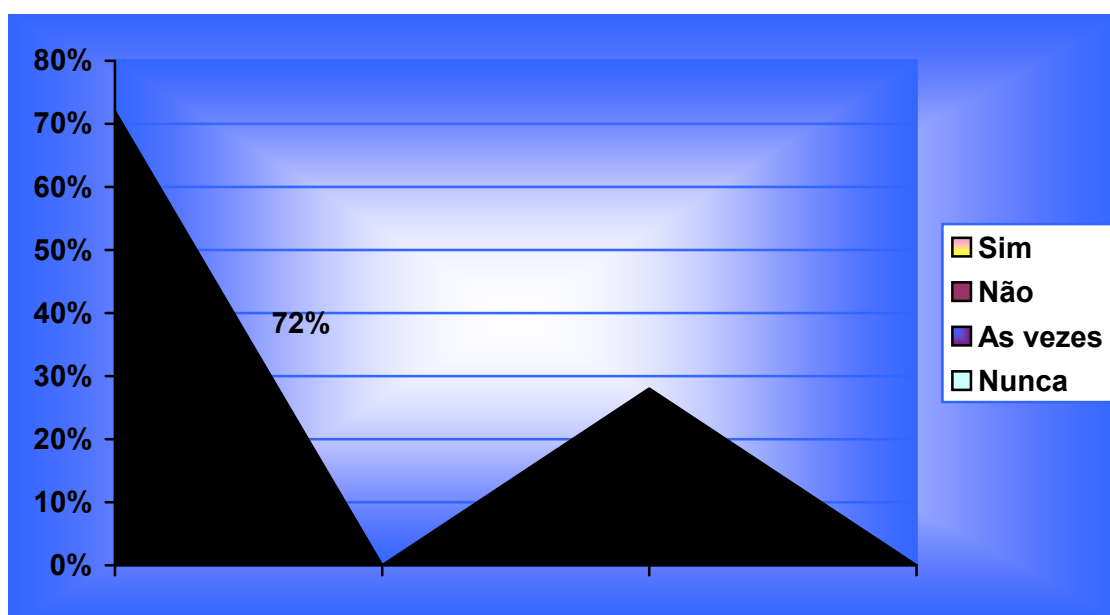


O gráfico 13 demonstra que 96% (24 artesãos) disseram que o processo de escolha da liderança foi por votação e somente 4% (01 artesão) por consenso.

Isso mostra que a interlocutora da comunidade é bem aceita pelo grupo. Segundo os relatos, a líder é uma das grandes responsáveis pela continuidade da comunidade de artesãos. Dessa forma, observa-se que a confiança na líder é evidente nesta comunidade.

Conforme ressalta Boog (1999), para ser um bom líder é preciso fazer com que os outros tenham vontade de fazer algo que eles estejam convencidos de que deve ser feito.

Gráfico 14- Existência da participação nas atividades executadas pela comunidade



Os dados levantados no gráfico 14 mostram que 72% (18 artesãos) participam das atividades da comunidade e 28% (07 artesãos) participam às vezes.

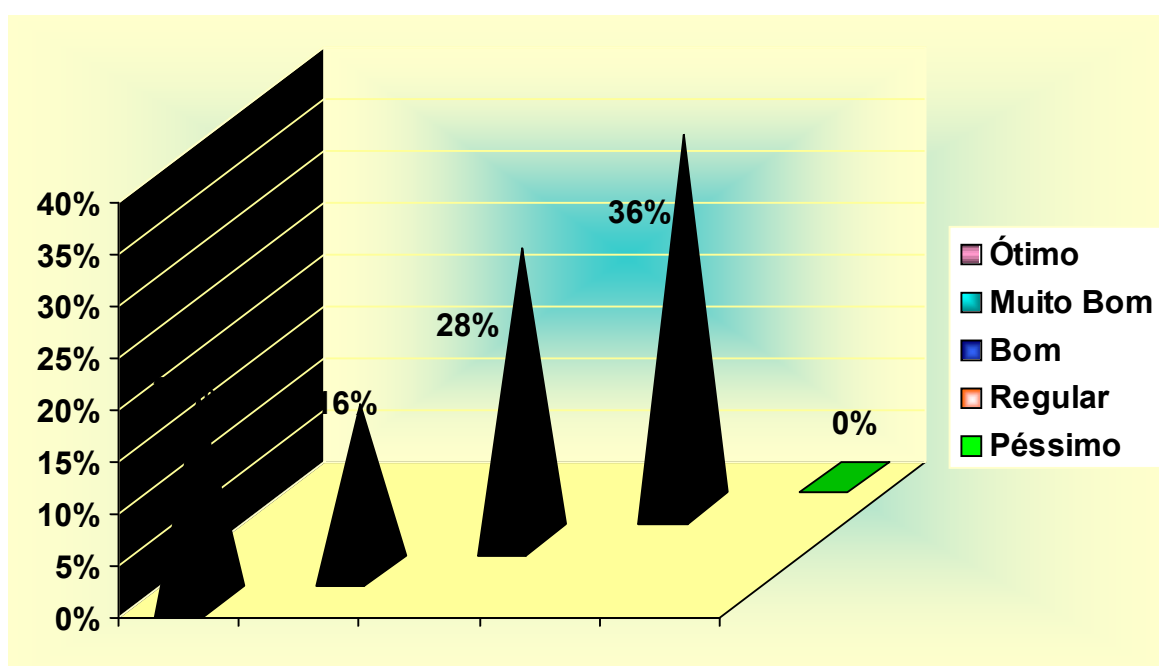
Conforme o questionário, na questão 15, as reuniões ocorrem quinzenalmente, o que torna possível a presença de todos.

Os 28% das respostas foram justificadas mostrando que alguns integrantes não vivem exclusivamente do artesanato. Ou seja, a atividade é um

complemento para a renda familiar. Essa falta de exclusividade dificulta as reuniões feitas para decidir calendários, participações em eventos, entre outros.

Segundo Minicucci (2001), os encontros comunitários fortalecem as relações, constroem o espírito de grupo e favorecem novas parcerias. Por todas essas razões, os encontros são fundamentais para o trabalho em rede.

Gráfico 15- Avaliação da participação dos agentes externos



Os dados coletados no gráfico 15 apontam que 20% (05 artesãos) classificam a participação dos agentes como ótima; 16% (04 artesãos) como muito boa; 28% (07 artesãos) como boa e 36% (09 artesãos) como regular.

Por meio de entrevista informal com a interlocutora da comunidade, os agentes tiveram uma significativa importância para o fomento do desenvolvimento dessa comunidade. Conforme ela explicou, os artesãos não tinham condições financeiras e nem técnicas para investir na atividade. Por meio da capacitação promovida pelos agentes, hoje a comunidade tem condições de investir, através de seus próprios recursos, em treinamentos e aperfeiçoamento na atividade. Assim, foi evidente a importância das políticas públicas nesse processo.

Cabe salientar que várias iniciativas foram realizadas pelos agentes representados pela Prefeitura Municipal, SEBRAE e Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas. Essas iniciativas pressuporiam a assimilação de novas formas de planejamento e gestão. O objetivo foi promover o desenvolvimento local por meio da capacitação da comunidade e a descoberta de suas vocações e potencialidades

O desenvolvimento local pressupõe a necessidade de capacitação para a gestão local, com a possibilidade de realizar diagnósticos, elaborar e executar projetos, monitorar e avaliar os resultados.

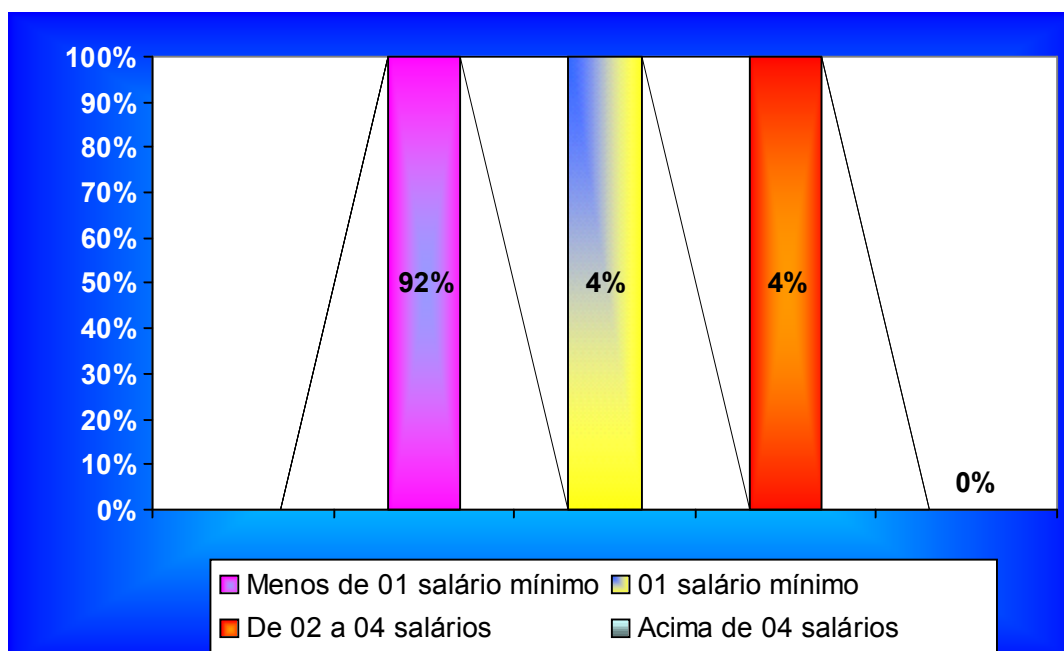
Para o SEBRAE, o conhecimento das potencialidades apresenta-se como uma exigência básica para o processo de desenvolvimento. Por isso, o processo de capacitação ainda existe.

Mesmo com todo o acompanhamento e capacitação dos integrantes do grupo, foi surpreendente a porcentagem de 36% dos pesquisados quando consideram que os agentes de desenvolvimento não contribuem o suficiente com a comunidade. As maiores reclamações apontadas por eles dizem respeito à falta de atenção para a comunidade e um local para a comercialização do produto.

Remetendo-se novamente à idéia de Ávila (2001, p. 75-76):

[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos e não o inverso-agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade [...] O desenvolvimento local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que respeita, a saber, como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades.

Gráfico 16- Rentabilidade da atividade artesanal



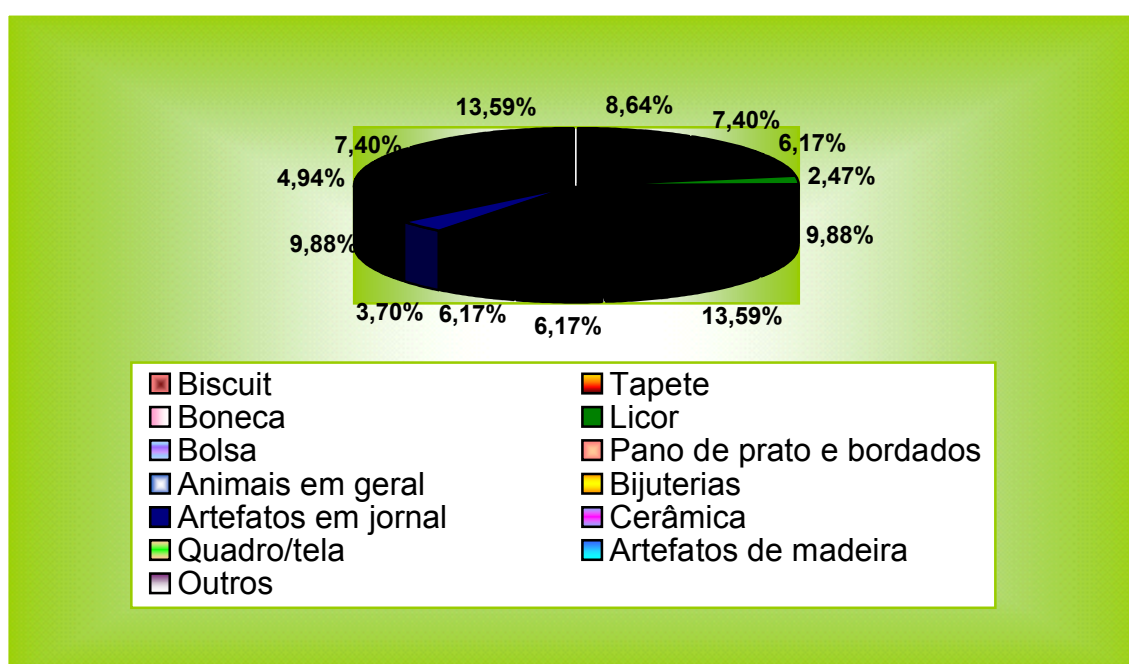
O gráfico 16 revela que 92% (23 artesãos) ganham menos de um salário mínimo com a atividade; 4% (01 artesão) têm rentabilidade de 01 salário mínimo e 4% (01 artesão) entre 2 e 4 salários.

Com a análise verifica-se que a maioria dos artesãos não possui uma rentabilidade satisfatória com a atividade. Ao serem questionados, alguns disseram que a venda dos produtos depende da sazonalidade, ou seja, em algumas feiras ou apresentações dos trabalhos alguns integrantes vendem mais e outros menos, ou muitas vezes, nenhum produto é comercializado. Em épocas festivas, como páscoa, dia das mães, dia dos pais e natal há uma compensação nas vendas. Verifica-se, dessa forma, que a atividade não pode ainda ser considerada como um meio de vida para esses artesãos. Como foi exposto em questões anteriores, a maioria dos integrantes da comunidade tem outra fonte de renda.

Os outros itens que, respectivamente, receberam 4% são aqueles artesãos que possuem sua clientela definida e vendem seus produtos não apenas nas atividades da comunidade, mas também em suas residências.

Diante desse contexto, compreende-se, portanto, que a formulação de estratégia de venda deve ser repensada e melhor planejada para que a atividade possa gerar renda e, assim, melhor qualidade de vida aos integrantes da comunidade.

Gráfico 17- Artesanatos confeccionados pelos membros da comunidade de artesãos

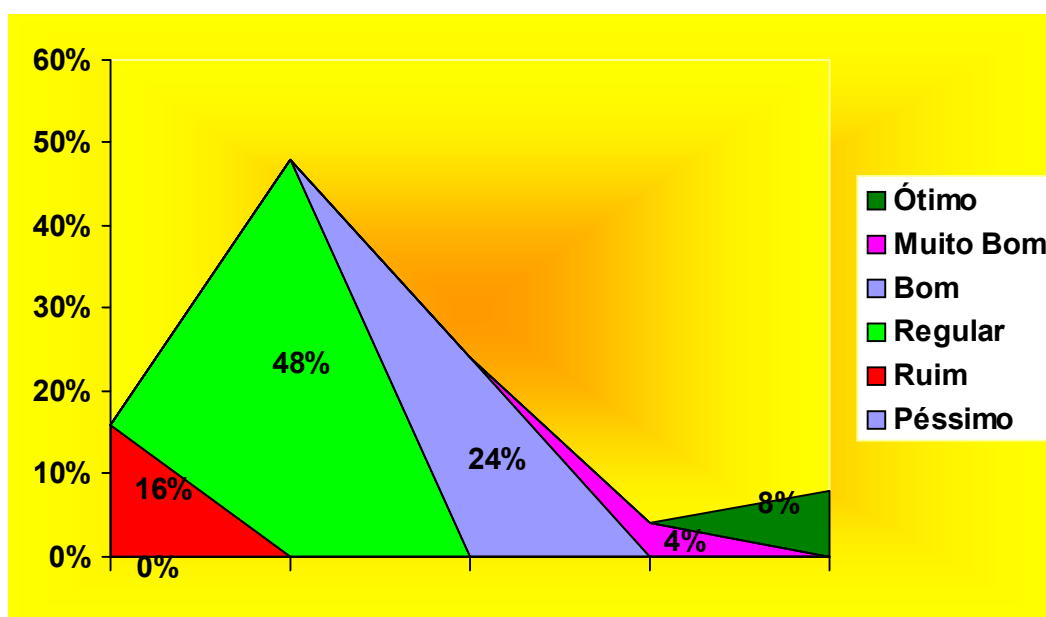


O gráfico 17 apresenta os artesanatos produzidos pela comunidade com suas respectivas porcentagens, lembrando que nesta pergunta foi possível escolher mais de uma questão. Assim, 8,64% (07 artesãos) confeccionam biscuit; 7,40% (06 artesãos) produzem tapetes; 6,17% (05 artesãos) fabricam bonecas; 2,47% (02 artesãos) fazem licor; 9,88% (08 artesãos) confeccionam ou bordam bolsas; 13,59% (11 artesãs) fazem pano de prato e bordados em geral; 6,17% (05 artesãos) produzem animais de vários materiais; 6,17% (05 artesãos) elaboram bijuterias; 3,70% (03 artesãos) trabalham com artefatos em jornal; 9,88% (08 artesãos) confeccionam objetos de cerâmica; 4,94% (05 artesãos) pintam tela; 7,40% (06 artesãos) produzem artefatos de madeira e 13,59% (11 artesãos) atribuíram as

confeções a outros produtos como trabalhos com meias de seda, crochê, mosaico, decopagem, sabonetes, velas decorativas e bolachas.

Percebe-se que na comunidade há uma grande diversificação de artesanatos. A pesquisa aponta que um número considerável não faz somente um tipo de produto, geralmente, domina várias técnicas do artesanato, favorecendo, assim, a diversidade no mercado consumidor. Cabe ressaltar que todos eles continuam fazendo cursos para o aprimoramento das técnicas. Esses cursos são feitos particularmente ou realizados a partir das parcerias com o SEBRAE e a Prefeitura Municipal.

Figura 18- Classificação quanto ao grau de satisfação do mercado de artesanato no município de Três Lagoas/MS

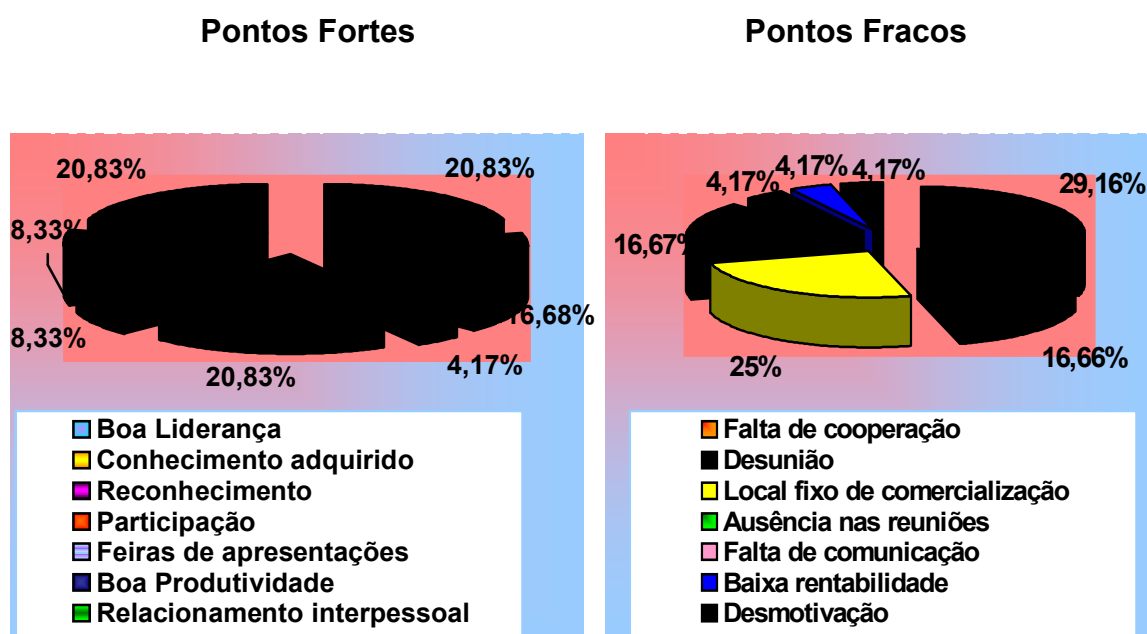


Conforme o exposto no gráfico 18,8% (02 artesãos) consideram o mercado do artesanato ótimo; 4% (01 artesão) muito bom; 24% (06 artesãos) bom; 48% (12 artesãos) disseram que o mercado de artesanato em Três Lagoas é regular e 16% (04 artesãos) acham ruim.

Esses dados reafirmam a questão exposta no gráfico 5, ou seja, o mercado para o artesanato em Três Lagoas ainda não é favorável. Muitos são os

fatores que contribuem para isso, como, por exemplo: a cidade não é turística, a população local não valoriza os trabalhos artesanais, não há um local definido para a comercialização, entre outros

Gráfico 19- Apresentação dos pontos fortes e pontos fracos da comunidade de artesãos



Esta questão foi elaborada de forma aberta. Deste modo, os entrevistados puderam expressar livremente suas opiniões. No gráfico 19, os pontos fortes levantados foram: com 20,83% (05 artesãos) boa liderança; 16,68% (04 artesãos) o conhecimento adquirido; 4,17% (01 artesão) ao reconhecimento da atividade artesanal; 20,83% (05 artesãos) à participação da equipe; 8,33% (02 artesãos) as apresentação em feiras; 8,33% (02 artesãos) a produtividade satisfatória e 20,83% (05 artesãos) relacionamento interpessoal.

Já aos pontos fracos atribuíram: 29,16% (07 artesãos) a falta de cooperação entre o grupo como uma ameaça para o desenvolvimento da comunidade; 16,66% (04 artesãos) a desunião entre membros do grupo; 25% (06 artesãos) a falta de espaço físico fixo para comercialização dos produtos; 16,67% (04 artesãos) a ausência dos membros do grupo nas reuniões quinzenais; 4,17% (01 artesão) a falta de comunicação entre membros do grupo; 4,17% (01 artesão) a

baixa rentabilidade financeira da atividade artesanal e 4,17% (01 artesão) a falta de motivação de alguns integrantes da comunidade.

A questão quanto aos pontos fortes e pontos fracos foi aberta, oportunizando os informantes a responderem com liberdade. Comparando os gráficos entende-se que a própria comunidade não tem uma definição exata do que significa relacionamento interpessoal mesmo tendo recebido diversos treinamentos com esse tema pelo SEBRAE e consultora do Projeto Empreender.

A pesquisadora observou ao longo da aplicação do questionário que quando as questões são fechadas mostram, em geral, outra opinião sobre os fatos apresentados. As questões abertas revelam confusão e contradição entre nas opiniões. Essas divergências ficam claras principalmente nos dados quanto ao relacionamento interpessoal citando: comunicação, participação, cooperação, liderança, motivação.

As questões de relacionamento interpessoal não devem ficar somente na teoria, mas na concretização das ações, sendo ele, fundamental para a efetivação do desenvolvimento onde os artesãos são as maiores protagonistas.

Segundo Chaves (2004, p.14), “relação interpessoal é a habilidade de interagir, conviver e contactuar adequadamente com as demais pessoas em todos os níveis através de relações cordiais, empáticas e profissionais”.

Ioschpe (2000) enfatiza que a participação significa sensibilizar as pessoas aumentando a receptividade e habilidade entre elas para o desenvolvimento, assim como encorajar as iniciativas locais. De modo geral, a participação como um fim em si mesmo pressupõe envolvimento de baixo para cima, para realizar a mudança na comunidade.

Assim, como foi destacado na pesquisa, como fator positivo, a liderança também exerce papel fundamental no processo no momento em que a líder incentiva às artesãs a agirem, proporcionando uma visão para ação.

Verifica-se, portanto, que os pontos negativos, representados em sua maioria na questão de relacionamento inter-pessoal, se não forem solucionadas, tornará um obstáculo na concretização do desenvolvimento da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento local tem sido motivo de intenso estudo entre os profissionais das áreas de Economia, Administração, Sociologia, Política, Antropologia e Geografia. A partir da crise econômica no final dos anos 70 e começo dos 80, mudou-se a discussão sobre o desenvolvimento de uma visão global para uma visão local, logo, mais apropriada para as comunidades.

A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento contribuindo para: melhoria da qualidade de vida das comunidades dos municípios, surgimento de comunidades sustentáveis, capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, despertar ou descobrir suas vocações, expandir suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Juntamente, a construção e a formação da identidade local, as questões econômicas, sócio-culturais e ambientais, a participação de atores sociais, as novas territorialidades criadas na distribuição/integração espacial do desenvolvimento, as novas estratégias de políticas locais, têm sido re-interpretados a partir de novos conceitos e modelos de análise.

As ações de desenvolvimento local apresentam condições de proporcionar mudanças significativas na comunidade desde que ela esteja aberta para isso, mostrando que inerente a esta visão de desenvolvimento local subjaz um movimento de mudança social em curso, como sendo um resultado agregado da ação humana cooperativa, consciente e intencional no território, introduzindo o papel ativo da sociedade civil e das comunidades locais.

Nesse sentido, o recente debate do desenvolvimento procura um equilíbrio necessário e complementar entre o Estado, o mercado e a sociedade civil/comunidade, pois não é correto presumir que as atividades locais possam prosperar sem o apoio de estrutura externas. Por isso, torna-se cada vez mais

necessário o surgimento de novos atores que se tornem participantes-chave neste processo de desenvolvimento.

Os princípios do desenvolvimento local buscam atuar, dirigindo os esforços e as atividades nas comunidades, com enfoque nos conceitos de identidade, cooperação e solidariedade. A necessidade da solidariedade vai readaptando ou redefinindo as vocações locais como um conjunto de potencialidades não apenas econômicas, mas também de condições sócio-culturais e ambientais, que possam garantir a manutenção dos atores econômicos presentes e a qualidade de vida das populações no desenvolvimento local.

Desta forma, mercado, Estado e sociedade se apresentam como atores (agentes externos) capazes de promoverem o desenvolvimento e as mudanças sociais. Como foi visto, os agentes externos mostraram possuir um conhecimento prático útil das condições e das disposições locais, crucial para um processo de adaptação de reformas apropriadas pelos próprios atores.

A capacitação da Comunidade pelos atores externos locais constituem a alma de todo o processo. Nada será feito se a comunidade não for capacitada para a gestão local, isto é, se não aprenderem a fazer diagnósticos, elaborar, executar, monitorar e avaliar projetos, prestar contas, articular atores externos, programas e negociar interesses e opiniões diversas e animar a comunidade no seu processo de emancipação. O processo de capacitação deverá ser inicialmente através da sensibilização dos participantes da comunidade estudada e, posteriormente, por treinamentos.

O comportamento dos artesãos, a percepção das políticas e as mudanças não são automáticas. A aprendizagem é um processo de médio e longo prazo, constituindo-se em oportunidades concretas de desenvolvimento. No entanto, verificou-se com o estudo que na comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS a falta de espaço físico para a venda os produtos, mercado para os produtos, recursos financeiros, divulgação dos produtos, dependência dos agentes externos e a relação interpessoal são fatores que dificultam o desenvolvimento da comunidade de artesãos.

Para que esses fatos sejam revertidos, fomentar a cultura da cooperação e da confiança entre os membros da comunidade, treinamentos e capacitação

gerencial, para que elas dependam pouco dos agentes externos, governos e associações de classe e assim consiga definir sozinhas aonde, como e quando quer chegar é primordial.

Importa salientar que o enfoque deve ser o de criar um ambiente favorável ao processo de desenvolvimento promovendo a igualdade de oportunidades a fim de que cada membro da comunidade participe de seu próprio processo de desenvolvimento. Assim, o debate atual acentua a cooperação na estratégia de desenvolvimento e no alcance dos aspectos extra-econômicos. Esse debate objetivaria a sensibilização da comunidade para suas vocações e potencialidades, partindo das vantagens econômicas e extra-econômicas localizadas, através de um processo de governabilidade participativa, democrática e solidária que envolva os governos federal, estadual e municipal e, também, as entidades de classe, as organizações não governamentais e as lideranças comunitárias.

Logo, o processo de desenvolvimento local deve ser sustentado por mecanismos de interações e de complementaridade entre os diferentes atores, o que propõe um entendimento mais holístico sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Bernadette Siqueira; COSCODAI, Mirtes Ugeda. *História da filosofia*. 2.ed.São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades*: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS,Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org) .*Território, globalização e fragmentação*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ARROYO, Mônica. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: SANTOS, Milton. *Ensaio de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2001.

ÁVILA, Vicente Fidélis de. *Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local*. **Interações- Revista internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, n.1, p. 63-76, set., 2000a

_____. *Formação educacional em desenvolvimento local:relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande:UCDB, 2001.

BALLONE, G.J.Percepção. In: **Psiquweb**. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br>> acesso em: 05/08/2005.

BARRAL I ALTET, Xavier. *História da arte*. Tradução: Paulo Anderson F. Dias. 2.ed. Campinas: Papirus, 1994.

BECKER, Bertha K.; CASTRO, Iná Elias et. al. (orgs.). *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOOG, Gustavo G (Coord.). *Manual de treinamento e desenvolvimento*. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. *Percepção, atitudes e diferenças Individuais*. In: _____. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1992.

BRASIL. *A origem do artesanato*. Disponível em: < [http:// www.geranegocio.com.br](http://www.geranegocio.com.br)> acesso em: 03/03/2006.

BRUNET, Roger. Les Mots de la Geographie. In: MACHADO, M. S. *Geografia e epistemologia*: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Disponível em: www.bdmdl.ucdb.br, 05/09/2005.

CARA, Roberto Bustus. *Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires*. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org) .*Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

CAMPOS, João. *A história de Três Lagoas*. **Jornal Dia a Dia**. Três Lagoas, 14 de julho, 2003, n. 246.

CASTILHO, Maria Augusta de. *Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas*. 3.ed. São Paulo: Sugestões literárias, 2002.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 11, v. 5, 1991.

CHAVES, Adriana Ferreira et alli. *Manual de acompanhamento de desenvolvimento profissional- ADP*. Disponível em: www.unesp.br/prad/crh, acesso em: 25/02/2007 às 21:17h.

COHEN, Bruce Jerome. *Sociologia geral*. Tradução: Joaquim O. Pires da Silva, Denise Gros Muller. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

CORBISIER, Roland. *Hegel: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Território e corporação: um exemplo*. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org) .*Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COSGROVE, Denis E. *Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria*. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 05, dez. 1998.

COSTA, César Augusto. *A importância da questão ambiental na implementação do desenvolvimento local na região dos cerrados de Mato Grosso do Sul*. In: MARTÍN, José Carpio; MARQUES, Heitor Romero (Orgs.). *Territorialidade e o Desenvolvimento Sustentável*. Campo Grande: UCDB, 2003.

COSTA, Cristina. *Questões de arte: a natureza do belo, da percepção e do prazer estético*. São Paulo: Moderna, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Exploração: um ensaio de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco. 1986.

DAVIDOFF, Linda L. *Sensação, percepção e consciência*. In: _____. *Introdução à psicologia*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

DEMO, Pedro. *Formação profissional e desenvolvimento econômico/social: Seminário Nacional de Política e Planejamento*. FGV: SENAC/DN, 1979.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril, 1978.

_____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. *Alfred Adler e a Psicologia Individual*. In: _____. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra, 1986.

FAISSOL, S. *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, São Paulo, fev. 2003.

FARIAS, Agnaldo. *Arte brasileira hoje*. São Paulo: Publifolha, 2002.

FARIAS, Charles Soares de. *Como é possível o sujeito auto-organizado, segundo o critério da identidade?* Disponível em: www.usp.br, 09/06/2006 às 19:45.

FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRAGOSO, Antônio. *Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas*. In: **Revista Lusófona de Educação**, n. 5, p. 63-83, 2005.

FRITZEN, José Silvino. *Exercícios práticos de dinâmica de grupo e de relações humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Relações humanas interpessoais: nas convivências grupais e comunitárias*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRÓIS, Katja Plotz. *Globalização e cultura: a identidade no mundo de iguais*. **Caderno de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. Florianópolis, n.62, dez. 2004.

GEHLEN, Ivaldo e RIELLA, Alberto. *Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável*. **Sociologias**, n.11Jan./Jun. 2004.

GIBSON, James J. *A percepção do mundo visual*. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Tradução: Álvaro Cabral. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados exclusão*. In: CASTRO, Iná Elias de et alli. (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALL, Stuart. *A história da identidade*. Disponível em: www.wikipédia.org/identidade, 09/06/2006 às 19:30h

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARBISON, Frederick H. *Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: problemas e estratégia*. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Desenvolvimento, trabalho e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Introdução à história da filosofia*. Tradução: Heloísa da graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

HEIDRICH, A. *Fundamentos da formação do território moderno*. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

HOLZER, Werther. *Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente*. **Território**. Rio de Janeiro, ano II, n.3, jul./dez. 1997.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J; GREBB, Jack A. *Definição de Sinais e Sintomas Típicos de Doenças Psiquiátricas*. In: _____. *Compêndio de psiquiatria*. 7. ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. **Interações- Revista internacional de Desenvolvimento Local**, v.3, n.4, mar., 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p.13-20, set. 2000.

LIMA, Manolita Correia. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. São Paulo: Saraiva, 2004.

LÓPEZ, Tereza. *Servicio social y desarrollo local*. In: Colegio de Asistentes Sociales. Chile, 1991.

MACHADO, M. S. *Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade*. Disponível em: www.bdmdl.ucdb.br, 05/09/2005.

MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. *Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros*. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 60, dez.1997.

MANFREDI, Silvia Maria. *Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas*. **Educação & Sociedade**, v.19, n.64, Campinas, set. 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Clerton. *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

MARTINS, Saul. *Contribuição ao estudo científico do artesanato*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

MARTINS, Sérgio R.O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo grande: UCDB, v.3, n.5, p. 51-59, set.2002.

MASSUNARI, Laura. *Associação Três-Lagoense de artesãos inaugura sede para comercializar trabalhos*. **Jornal do povo**, Três Lagoas, 10 jun.2006, p.16.

MINICUCCI, Agostinho. *Relações humanas: psicologia das relações interpessoais*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NEVES, Gervásio Rodrigo. *Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas*. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org) *Território, globalização e fragmentação*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Augusto César Freitas de. *A modernidade e a sociologia em Émile Durkheim*. **Comum**, v.6 ,n. 16, jan./jun. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à sociologia: série Brasil*. São Paulo: Ática, 2004.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ORJEDA, Ricardo. *Rapaz de 17 anos já se destaca nas artes*. **Diário MS**, Campo Grande, 14 mai. 2003, p. 08.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da geografia*. **Revista de Geografia**, vol.4/nº7, AGETEO - Rio Claro, São Paulo, 1979.

ROBBINS, Stephen. *Comportamento organizacional*. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SACK, Robert David. *Territorialidade humana: teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Marshal. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SANTANA, Paola Verri de. *Da socialização à mundialização da natureza* In: SANTOS, Milton. *Ensaio de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo- razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *O retorno do território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org) *Território, globalização e fragmentação*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Território e sociedade*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAUER, Carl O. *Geografia cultural*. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996.

SEM AUTOR. Disponível em: www.acisap.com.br/empreender.htm, acesso em: 19/02 /2007 às 09:00h.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Joseli Maria. *Cultura e territorialidades urbanas*: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, vol. 5, n. 2.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de et al (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TIJIBOY, Juan Antonio. *Educação, ecologia e desenvolvimento municipal*. Porto Alegre: Suliani, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: perspectiva humanística. **Progresso na Geografia**. v.1, n.6, 1975.

_____. *Geografia humanística*. **Anais da Associação de Geógrafos Americanos**, v.66, n.2, jun./1976.

_____. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO . *Nuestra diversidad creativa*. **Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**, 1996.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Modelo de questionário aplicado à comunidade de artesãos em Três Lagoas/MS

Dados de Identificação do Artesão

a) Nome	
b) Bairro	
c) Município	

1. Perfil do Artesão

2.1 Sexo () F () M

2.2 Escolaridade: () Pós-graduação () Superior () Ensino Médio () Fundamental

2.3 Renda Familiar : () 1 Salário Mínimo () 2 a 4 Salários Mínimos
() Acima de 4 Salários Mínimos

2. Quais as principais dificuldades enfrentadas na atividade artesanal de Três Lagoas -MS

- ☐ Escassez de recurso financeiro
- ☐ Qualidade da matéria prima
- ☐ Mercado para os artesanatos
- ☐ Incentivo governamental
- ☐ Relacionamento Interpessoal

3. Onde são comercializados os artesanatos?

- ☐ Feiras livres
- ☐ Loja
- ☐ Feira na Praça
- ☐ Ambulante
- ☐ Residência

4. Tem conhecimento básico de:

- ☐ Formação de preço de venda;
- ☐ Comercialização do artesanato;
- ☐ Pesquisa de mercado;
- ☐ Qualidade do artesanato;
- ☐ Relacionamento Interpessoal.

5. Em relação à questão anterior, onde adquiriram tais conhecimentos?

- ☐ Sebrae
 - ☐ Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas;
 - ☐ Prefeitura Municipal;
 - ☐ Outros.
- Quais? _____

6. Porque a opção de confeccionar artesanatos?

- ☐ Influencia familiar;
- ☐ Curiosidade;

- ☐ Convite;
 - ☐ Complementar a renda familiar;
 - ☐ Outros.Quais?
-

7. Como tomou conhecimento da comunidade de artesãos no Município de Três Lagoas?

- ☐ Mídia – jornal, revista, televisão;
 - ☐ Convite de outro artesão;
 - ☐ Nos eventos – Praça, feiras, estabelecimento ou ambulante;
 - ☐ Outros.Quais?
-

8. Desde quando participa da Comunidade de Artesãos ?

- ☐ 2002 – início da comunidade;
- ☐ 2002 a 2003
- ☐ 2003 a 2004
- ☐ 2004 a 2005
- ☐ 2006

09. A comunidade interage e coopera entre si?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes
- ☐ Nunca

10. Quais os problemas enfrentados pela comunidade mais freqüentes?

11. Quem é o líder da Comunidade?

12. Qual foi o processo de escolha do líder da comunidade?

- ☐ Votação
- ☐ Consenso
- ☐ Imposição
- ☐ Outros _____

13. Você participa sempre das atividades da comunidade de artesãos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

- ☐ Nunca

Justifique _____

14. Como você avalia a participação dos agentes externos: (Sebrae, Prefeitura, Associação Comercial, etc...)

- ☐ Ótimo
☐ Muito Bom
☐ Bom
☐ Regular
☐ Péssimo

Porque?

15. Com que frequência vocês se reúnem para trocas de informação e experiências?

- ☐ Reuniões semanais;
☐ Reuniões quinzenais;
☐ Reuniões mensais;
☐ Outros: _____

16. Qual a rentabilidade do artesanato?

- ☐ Menos de um salário mínimo;
☐ 01 salário mínimo;
☐ De 02 a 04 salários mínimos;
☐ Acima de 04 salários mínimos.

17. Quais os artesanatos confeccionados?

Biscuit	
Tapete	
Boneca	
Licor	
Bolsa	
Pano de Prato	
Bordados	
Animais de cerâmica, argila e pva	
Bijuterias	
Artefatos de Jornal	
Cerâmica	
Quadro / tela	
Artefatos de madeira	
Outros	

18. Como você classificaria o Mercado de artesanatos na município de Três Lagoas?

- ☐ Ótimo
- ☐ Muito Bom
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

19. Quais são os pontos fortes e fracos da comunidade de artesãos?

Pontos fortes	Pontos fracos

ANEXOS

ANEXO A- Cursos e treinamentos realizados pelo SEBRAE

Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Curso de desenvolvimento interpessoal. 2003.* Material iconográfico.



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Curso de desenvolvimento interpessoal. 2003.* Material iconográfico.



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Curso de formação de preço*. 2003. Material iconográfico.



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Curso de formação de preço*. 2003. Material iconográfico.

ANEXO B Apresentações dos trabalhos confeccionados pelos artesãos

Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Apresentação dos trabalhos no SEBRAE. 2004.* Material iconográfico.



Foto de: Fabrício Garcia do Nascimento. *Espaço Ana Viturino. 2003.* Material iconográfico



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Feira de artesanato*.2003. Material iconográfico.



Foto de: Maria Luzia Lomba de Souza. *Feira de artesanato*.2004. Material iconográfico.

ANEXO C- Cópia de ata de reuniões dos artesãos

PROJETO EMPREENDER MS

ACI de Três Lagoas	Relatório da Reunião do Núcleo	Nº 12/2003
Núcleo do Artesanato		Nº de participantes na reunião 18
Local ACITL	Data 25/06/2003	Horário: 15:00h
Consultor: Maria Luzia Lomba	Outros participantes (consultores externo/ palestrantes, etc...)	Entidade
a)	b)	
Tema da agenda	Conteúdo e resultados	
1. Abertura	Boas vindas a todos. O assunto do dia é a Expotrês.	
2.	<p>Discutimos as dificuldades encontradas na Expotrês pelas pessoas que foram escaladas para ficar na feira.</p> <ul style="list-style-type: none"> - informação sobre o produto (como é feito) - negociação do produto (desconto que pode ser dado) - etiquetas de identificação e preço - embalagem. 	
3.	<p>Sugestões apresentadas</p> <ul style="list-style-type: none"> - etiquetas personalizadas com nome e preço - cartão pessoal de cada artesã - fazer um caixa para despesas com as feiras e eventos - criação de um estatuto com normas para o PE. 	
4. Encerramento	<p>Formação de uma comissão para discutirem o conteúdo do estatuto: Zélia, Edevanir, Patrícia, Alessandra, Márcia.</p> <p>A próxima reunião ficou marcada para o dia 09 de julho as 15:00 horas.</p>	
5.		

Relatório Reuniões NS artesanato 12

PROJETO EMPREENDER MS

ACI de Três Lagoas	Relatório da Reunião do Núcleo	Nº 34/2004
Núcleo do Artesanato		Nº de participantes na reunião 18
Local ACITL	Data 21/01/2004	Horário: 15:00h
Consultor: Maria Luzia Lomba	Outros participantes (consultores externo/ palestrantes, etc...)	Entidade
a)	b)	
Tema da agenda	Conteúdo e resultados	
1. Abertura	Dei boas vindas a todos e iniciamos com a fita do projeto	
2.	Na última reunião com a Vanessa e Rodrigo/SEBRAE algumas artesãs disseram que não tinham assistido á fita, resolvi passar a fita, falar sobre o histórico, objetivo e construímos um novo contrato para o ano de 2004. Resolvi também lembra-los de todos os painéis e assuntos tratados no ano de 2003.	
3.	Pedi para que cada um escrevesse o que ainda não tinha sido resolvido das dificuldades. A construção do painel ficou para a próxima reunião.	
4. Encerramento	Ficou decidido que no dia 04/02/2004 teremos a próxima reunião e a construção do painel	
5.		

Relatório Reuniões NS artesanato 34